

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Descubra o nosso plano de atividades 2021
<http://bit.ly/PA-AILD>

p/12

Grande Entrevista
Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça

p/28.

Conselho das Comunidades Portuguesas
A Comunidade Portuguesa em Macau. Pela Conselheira Rita Santos

p/32.

Artes e artistas lusos. Por Terry Costa
Elaine Ávila, escritora norte-americana de ascendência açoriana

N E S T A E D I Ç ã O

p/38.

Ambiente. Por Vítor Afonso
Pandemia e ambiente: Uma relação intrínseca

p/48.

Com lupa: cá dentro
Freixo de Espada à Cinta

p/62.

Legal. Por Abreu Advogados
O investimento em fundos sustentáveis

Obra de capa

Título: Messené – O encontro com a ave

Dimensões: 35 x 27

Técnica: Acrílico, caneta s/papel

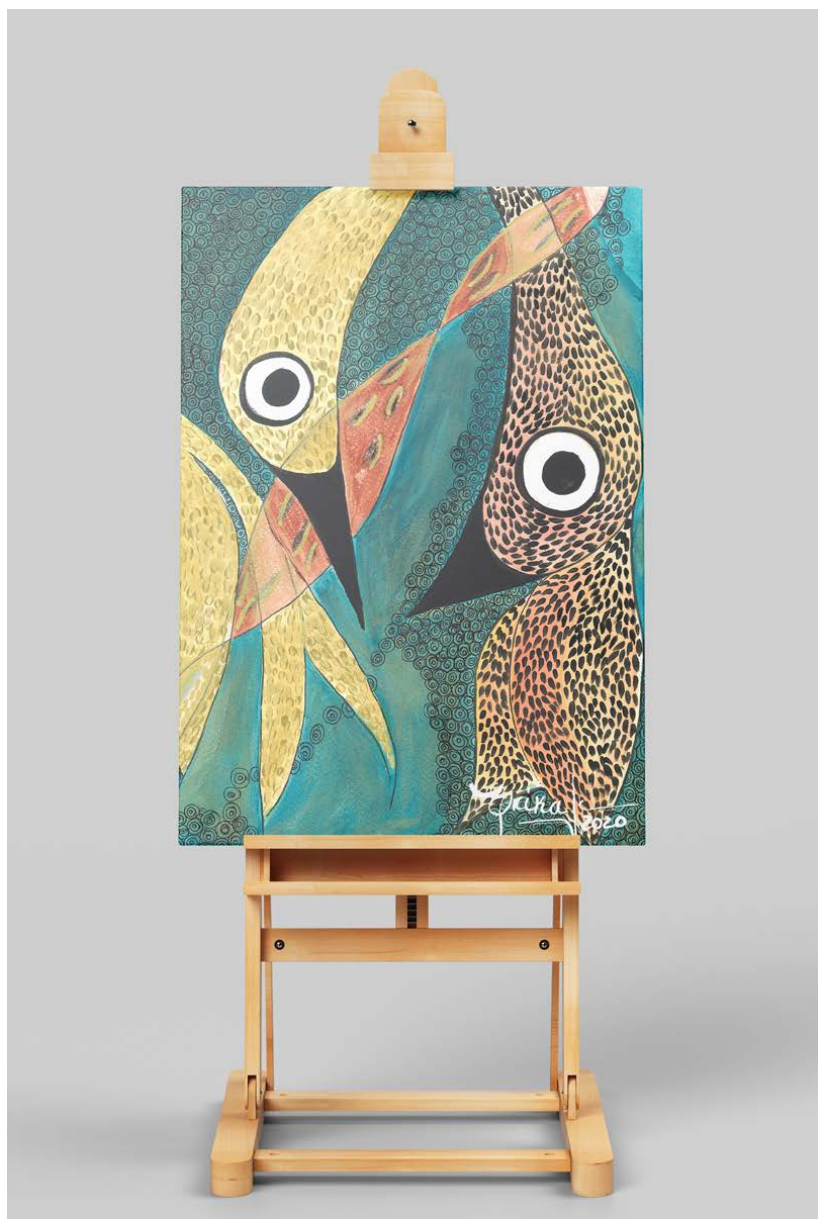
Descrição da obra:

Kanjinvi conheceu fugazmente Lueji, mas mesmo assim ela não sai do seu pensamento. Adormecer não foi nada fácil. Tantas eram as imagens e sensações que nessa noite experimentou. Dormiu pouco e acordou mais cedo que o normal, tal era a ânsia de poder lançar-se em mais um voo, mas desta vez com um propósito muito bem definido. Kanjinvi, não podia imaginar que algures, num outro local, Lueji experimentou as mesmas sensações, tendo tido os mesmos comportamentos. Ambos voando um em direção ao outro, num impulso enorme de se reencontrarem.

De repente a magia acontece, avisam-se, e felizes voam um em direção ao outro, como se desde sempre se conhecessem.

Erika Jâmece

obrasdecapa@descendencias.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Alfredo Stoffel, Branca Célia Dias, Cristina Passas, Fátima Oliveira, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, José Martinho, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Maria Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Pedro Guerreiro, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sonia Coelho, Tiago Sabarigo, Tiago Robalo, Vítor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo

conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo** ERC 127522 | **Edição** 04 abril 2021, GRATUITA

Editorial

No último ano, pelas razões que todos conhecemos, todos nós, de um modo geral, nos tornámos, consciente ou inconscientemente, mais introspectivos, mais conectados com nós próprios... com a nossa essência. E a nossa essência é, em grande parte, o legado dos nossos ascendentes, da cultura e do meio-ambiente no qual fomos criados, dos valores que nos foram passados e das coisas e pessoas que aprendemos a admirar e respeitar.

É neste contexto que surge a revista Descendências: uma revista online que pretende agregar o melhor da cultura lusófona, dar a conhecer ao mundo o que melhor se faz em termos de eventos culturais, de iniciativas inovadoras e empreendedoras nos países de língua oficial portuguesa.

A Descendências nasceu a partir de uma confluência de estados de alma: um misto de nostalgia e sonho... Nostalgia do que fomos no passado, da nossa história, do que nos trouxe até aqui... Sonho de até onde queremos chegar juntos, celebrando e divulgando a nossa língua e a nossa cultura, partilhando as nossas histórias e crescendo juntos enquanto comunidade lusófona.

des·cen·dên·ci·a – nome feminino; Série de descendentes ou indivíduos provenientes do mesmo progenitor. = PROGÊNIE, POSTERIDADE, PROLE. É exatamente isso que somos, todos descendentes de uma mesma cultura, de uma mesma língua que ao longo do séculos e anos foi ganhando as suas ramificações e

sofrendo as suas alterações, diversificando e tornando-se mais rica.

Ora, é precisamente essa riqueza e essa diversidade que pretendemos dar a conhecer com esta revista! Investigadores, escritores, artistas plásticos, professores, historiadores, juristas, economistas, cientistas, jornalistas e todos aqueles que possam contribuir para a nossa identidade cultural, terão sempre um espaço nesta revista da qual tenho orgulho de ser diretora adjunta.

Não pretendemos deixar nada ao acaso... a qualidade dos artigos, o cuidado estético na apresentação da revista, o formato digital altamente inovador e que pretende abarcar todas as faixas etárias, a presença nas diversas redes sociais, a diversidade de temas e artigos, as obras de arte que compõe a nossa capa.

Há quem diga que já ninguém lê revistas, mas eu tenho para mim que isso se deve à fraca qualidade da grande maioria das revistas e da forma densa como são apresentadas nos meios digitais. A Descendências é uma revista que nos cativa, que nos prende e nos surpreende a cada edição... é um pouco de todos nós e da nossa essência!

Seja nosso leitor, siga-nos nas redes sociais, faça parte ativa desta comunidade lusófona virtual! Juntos iremos divulgar a nossa cultura, os nossos costumes, a nossa língua e tudo de bom que nós temos, sempre com uma abordagem positiva e inclusiva.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| A I L D

“Contra os Canhões”, Formar, Formar,...!

É com enorme orgulho e satisfação que a AILD avança este mês com um novo e importante desafio – início de dois projetos aprovados de Formação Modular.

Além de significar a concretização de mais um objectivo traçado e previsto no nosso plano de actividades, é também, a importância capital que atribuímos a este projeto e a este desafio. Devido à pandemia iremos iniciar com cursos online, mas logo que a situação assim o permita avançaremos com cursos presenciais e que se estenderão pelo período de 24 meses.

A formação, o conhecimento e as aprendizagens, são sem dúvida elementos fundamentais e estruturais para o sucesso, em qualquer área de ação e estamos todos cada vez mais conscientes de que é vital



aprender ao longo de toda uma carreira, não apenas pelos avanços tecnológicos com que temos de nos manter atualizados, mas porque podemos sempre melhorar em algum aspeto. Destacar ainda que é igualmente importante começar a privilegiar outras dimensões da formação, que não apenas o conhecimento técnico, mas também, por exemplo o desenvolvimento pessoal.

O conhecimento e a formação, são precisamente a “arma” essencial para lutar contra os “canhões”, que são as nossas dificuldades e novos desafios que a cada

momento se cruzam connosco e que temos de estar preparados.

As empresas que apoiam e investem na formação dos seus recursos humanos, o seu ativo mais valioso da empresa, ganham vantagem competitiva e assumem um compromisso importante para com os seus empregados. Em suma, Formação significa “mais”: mais produtividade, mais conhecimento, informação mais atualizada, maior probabilidade de inserção profissional, mais sucesso profissional e mais realização pessoal.

E portanto, se a formação é “mais”, a AILD está empenhada em levar esta “mais-valia” a quem desejar beneficiar desta oportunidade, e que brevemente iremos comunicar os cursos, datas, horários e requisitos, através dos nossos meios de comunicação digitais.

Uma das fundadoras da AILD, disse recentemente que comemorávamos o Dia da Mulher todos os dias. Apesar disso, a associação não quis deixar de comemorar o Dia Internacional da Mulher com a realização de um Webinar - Mulheres na e da Ciência, que por sinal foi um sucesso.

A Associação foi fundada por três mulheres e três homens, como diriam alguns, foi criada de forma paritária, embora na verdade este facto tenha sido apenas um feliz acaso.

Este fenómeno do politicamente correto e da promoção das quotas para tudo, parece mais uma ilusão dos que se pretendem promover como os grandes defensores da inclusão, da injustiça social e da defesa de determinados grupos humanos. No entanto, na prática, parece que apenas querem perpetuar as desigualdades sociais.

A ideia de criar quotas para tudo, pode no limite, afastar as pessoas com mérito das universidades, da direção de entidades públicas e privadas, já que os critérios de quotas conhecidos e não conhecidos começam a ser tantos, que esperamos que as pessoas escolhidas percebam minimamente o que irão fazer...

Vejamos os critérios atuais: pertença partidária, pertença ou não de organizações secretas, a tonalidade da pele, o género, o grupo social, o bairro onde vive, a universidade onde se formou, etc... Dentro destes podemos ainda ter uma série de variações, definindo a percentagem de "raça" presente no seu sangue para ser considerado de um determinado grupo étnico, ou a percentagem de masculinidade ou feminilidade que se tem de demonstrar para ser considerado homem ou mulher,

| A I L D

Festejar todo o ano

ou de todas as outras variantes infinitas entre os dois géneros... Uma certa corrente tenta impor, que na escolha se cumpram as quotas mais ou menos originais no acesso a determinada função ou organização, não se preocupando com o mérito de quem é escolhido.

Estou convencido de que quem se preocupa verdadeiramente com políticas de inclusão e de não discriminação, luta para a criação de condições entre os excluídos para que estes tenham a possibilidade de demonstrar o seu mérito, permitindo-os atingir o lugar merecido.

Evidentemente, que esperamos que quem escolhe e seleciona as pessoas, seja também movido pelo mérito, caso contrário, todo o processo fica outra

vez inquinado. Por isso, é crucial a total transparência, em especial na esfera pública, sobre a composição das comissões que avaliam e selecionam as pessoas para determinados cargos assim como de todo o processo de seleção.

Não é curioso que os elementos do Tribunal Constitucional, um dos pilares da nossa democracia, acabe sempre na discussão do grande critério que foi crucial à sua escolha, o partido de pertença, ficando a variável mérito com uma função quase marginal. Quando isto se repete ao longo de anos e anos, sem provocar uma revolta de toda a sociedade contra um dos órgãos vitais da democracia, não será vã a discussão do mérito ou não das pessoas nos outros órgãos?



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

A I L D

Manuel do Nascimento

Idade: 71

País de nascimento:

Portugal

País/Cidade onde

reside: França

arredores de Paris

Manuel do Nascimento, nasceu em Portugal e está radicado em Paris desde 1970.

A sua paixão pela História, fez com que em terras gaulesas comesse a escrever vários livros em português, francês e ainda bilingue português/francês, uma forma de promover a história de Portugal.

Em França, é considerado um autor anti obscurantismo pela história do seu povo.

Manuel do Nascimento foi o pioneiro dos estudos em França sobre a participação do Corpo Expedicionário Português (CEP) na

Primeira Guerra ao lado dos aliados, onde já editou três livros em francês. O primeiro foi editado em 2008 no âmbito do 90º aniversário da batalha de la Lys, o segundo em 2014, no quadro do centenário da Primeira guerra mundial e o terceiro em 2018, no quadro do centenário da Batalha de la Lys.

Neste momento está a ser editado em Lisboa, desta vez em português, sobre o 9 de Abril de 1918, Batalha de la Lys.

Tem feito em França diversas conferências sobre a História de Portugal, as Invasões de Napoleão em Portugal, a Primeira Guerra Mundial e a participação de Portugal na Flandres francesa.



O que faz profissionalmente?

Aposentado, mas sempre muito envolvido com atividade literária.

Desafios e projetos para 2021?

Tenho neste momento dois livros prontos a editar (um em português e outro em francês), que são dois projetos e desafios para este ano. Mas a seguir a estes outros se seguirão.

Considera importante a existência de políticas e ações para uma maior aproximação de Portugal às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo? O que poderia ser feito nesse sentido?

Não gosto de fazer política, tal como é feita atualmente, e prefiro estar no terreno, com público, com o meu público, sabendo que também assim se faz política. Penso, que todos os políticos portugueses, não devem esquecer as remessas dos portugueses, que são sem

dúvida muito importante para o país.

Nunca a comunidade portuguesa foi tão aclamada pelos políticos como em 2020. A pandemia estava à porta das férias do mês de agosto, onde milhares de portugueses se deslocam à sua terra natal, mas em 2020, com a pandemia, muitos deles estavam indecisos, e os nossos governantes portugueses à espera dos euros gastos no país que estava a faltar.

Tem piada, que já em 2014, num dos meus livros, e em relação aos emigrantes tinha dito:

"...si tous les Portugais ne partaient pas (un seul) mois d'août en vacances au Portugal ?

Et que dire du Portugal, en août, sans les immigrants... Ceci s'applique également à l'économie portugaise, si tous les immigrants ne passaient pas leurs grandes vacances une seule année sur leur terre natale.

...se todos os portugueses não fossem de férias a Portugal (um único) mês de Agosto?

E que dizer de Portugal, no mês de Agosto, sem os imigrantes... Isto aplica-se também à economia portuguesa, se todos os imigrantes não passassem as suas férias um só ano na sua terra natal."



<https://www.facebook.com/manuel.donascimento.3>

Pois em 2020 estava quase para acontecer em Portugal, e aí os nossos governantes já se lembravam dos emigrantes.

O que mais gosta em Portugal?

Além de ser o meu país, gosto das gentes simples, modestas e sem brio aparente.

O que menos gosta?

Como em todos os países, das pessoas não honestas.

Porque se tornou associado da AILD?

Penso a que é uma boa ideia de poder dar a oportunidade às pessoas que não têm padrinhos ou madrinhas de se exprimirem, de terem voz e também, a oportunidade de partilhar informação.

Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia? Que impacto está a ter na sua vida pessoal e profissionalmente?

Penso, como toda a Europa ou Mundo; se houver respeito mútuo, talvez se possa sair desta pandemia mais depressa. Visto estar aposentado, no que me diz respeito, e falo por mim, faltou-me muito o contacto com o público, visto estar impedido (impedidos) de continuar a fazer conferências ou outras atividades culturais.

Qual é o seu sonho para 2021?

Além da publicação dos livros já prontos a editar, que a pandemia nos permita deixar trabalhar e assim divulgar a cultura, que é um bem muito importante para a humanidade.

Uma mensagem para as comunidades portuguesas e/ou lusodescendentes?

Gostava de transmitir uma mensagem de esperança, mas também de apelo a que sejamos todos mais unidos e justos. Seremos mais solidários, não dar “pontapés” a quem precisa de ajuda e apoio. Deixava também um apelo para que todos cumpram as normas sanitárias, no sentido de podermos mais rapidamente ultrapassar esta pandemia, que tem afetado a vida de cada um de nós a vários níveis.

QUINTADARIBEIRINHA.PT





GRANDE ENTREVISTA

MINISTRA DA JUSTIÇA

FRANCISCA VAN DUNEM

Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem nasceu em Luanda, em 1955.

É Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em julho de 1977.

Magistrada do Ministério Público desde setembro de 1979.

Foi monitora de Direito Penal e Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1977 e 1979.

Foi assessora de sindicância e inquérito na Alta Autoridade contra a Corrupção, entre 1985 e 1987, em comissão de serviço. Delegada do Procurador da República no Tribunal do Trabalho, no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa.

Integrou o Gabinete do Procurador-Geral da República entre 1999 e 2001. Foi diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa entre 2001 e 2007.

Procuradora-Geral Distrital de Lisboa, de 2007 a 2015, ano em que suspendeu funções para tomar posse enquanto Ministra da Justiça do XXI Governo Constitucional.



Vanda de Mello

Muito agradecidos por nos conceder a honra desta entrevista.

Ora essa, é um prazer.

Tendo presente o seu destacado currículo profissional, assumir a pasta governativa da Justiça era algo que fazia parte dos seus planos e ambições profissionais? Como encarou este convite e desafio?

Nunca estive nos meus planos exercer uma atividade política. Sou magistrada de carreira. Na altura em que surgiu o convite para integrar o XXI Governo terminara a minha carreira no Ministério Público e preparava-me para uma nova etapa no Supremo Tribunal de Justiça. De alguma forma, tencionava começar a desacelerar o ritmo intenso de trabalho de uma vida. Mas a existência é feita de imprevisíveis. Costumo, aliás, dizer que o meu presente é o mais imprevisível de todos os futuros que pudesse imaginar. Relativamente ao convite e às razões que me levaram a aceitá-lo, diria que tenho do serviço público uma noção de gratificação e de honra. E é por isso que aqui estou. Julgo

que a passagem do tempo, e inerente maturidade, implicam uma consciência profunda de que servir os cidadãos constitui, só por si, um exercício profundamente nobre e compensador, independentemente das dificuldades que possam surgir. E surgem, claro.

Considera que as várias experiências e responsabilidades que teve ao longo da sua carreira foram indispensáveis e fundamentais para poder assumir uma pasta com a dimensão que a Justiça merece?

Ingressei na magistratura do Ministério Público em 1979, num tempo sequente à Constituição de 1976, em que verdadeiramente se debateram questões fundacionais como a independência dos Tribunais, a autonomia do Ministério Público e a arquitetura do próprio sistema de Justiça. Desse tempo ficou-me uma clara noção do conteúdo dos princípios e dos seus limites.

Exerci funções no Tribunal do Trabalho. Na investigação criminal, primeiro no Tribunal de Instrução Criminal (TIC), depois no DIAP, experimentei uma intervenção ativa. Quando assumi funções diretivas no DIAP de Lisboa, em



Vanda de Mello

2001, empenhei-me em encontrar soluções para atenuar a crise da Justiça de que já então se falava. Vivi longos anos a trabalhar para aprofundar o conhecimento do sistema, para pensá-lo nas suas capacidades e fragilidades.

O início da implementação das comunicações eletrónicas, com as estruturas de apoio à investigação, a criação de uma estrutura autónoma de tratamento dos segmentos da pequena e média criminalidade e a criação de equipas transversais com funções de suporte em áreas de interesse comum, a regulação das conexões interdepartamentais, a articulação ativa e permanente com os órgãos de polícia criminal, tudo isso facilitou o processo de transformação que se fez sentir, e no qual me orgulho de ter participado intensamente.

Já a minha entrada na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa coincidiu com o pensar das reformas que pretendiam assegurar ao sistema os instrumentos de gestão e uma escala territorial que os racionalizasse. Esse foi o tempo da implementação das grandes comarcas em regime de piloto. É também o momento em que passei a integrar o Conselho

Superior do Ministério Público, sentindo de um modo distinto o pulsar de toda a organização e do próprio sistema de Justiça.

Os tribunais articulam-se com todos os subsistemas da Justiça, dos registos e notariado à medicina legal e ciências forenses. Não operam em espaço fechado.

Julgo que este percurso longo, diversificado e complexo, não pode deixar de refletir-se nas minhas visões e ações presentes.

Em Portugal, enquanto estado de direito democrático, reforçado por ser um país membro da União Europeia, a Justiça assume um papel fundamental na governação do país, na garantia da democracia e dos direitos humanos, assegurando os valores “todos iguais perante a lei” e “todos têm garantias legais” ou ainda “todos têm direitos iguais”. Na assunção destes pressupostos, quais foram os grandes desafios e prioridades que agarrou quando assumiu funções no Governo?

Creio ter-me confrontado com um desafio fundamental, que foi o de promover a melhoria do acesso, a simplificação e agilização da resposta do sistema de Justiça, num ambiente de recursos escassos, alguma desconfiança e grande insatisfação.

Nessa perspectiva, a intervenção no mapa judiciário – reproximando milhares de cidadãos dos tribunais, em particular nos territórios mais envelhecidos e desertificados do País – constituiu uma das primeiras prioridades. Depois, a alocação de recursos para garantir uma aproximação ao direito dos cidadãos a uma “decisão em prazo razoável” como previsto na Constituição; numa terceira linha, a facilitação do acesso à informação, não só no sistema judicial como também nos registos. A conceção e execução do programa Justiça + Próxima, com a panóplia de medidas que integra, como a possibilidade de acesso remoto aos processos judiciais, a obtenção por via remota de certidões da mais variada índole, a simplificação de todos os momentos que marcam o ciclo de vida dos cidadãos e das empresas, foram também passos determinantes no sentido da facilitação do acesso à justiça pelos cidadãos.

A grande reforma do sistema judicial, numa das suas mais debatidas fragilidades – a morosidade, que fomenta também a perceção de desigualdade – passa pelo aumento da especialização dos tribunais, que temos vindo a introduzir, pela alteração dos métodos de trabalho e das culturas organizacionais, em especial na vertente burocrática do funcionamento dos tribunais. Daí a importância da simplificação, da introdução de melhores recursos tecnológicos, da criação de automatismos para atos meramente repetitivos e em massa, de todo o programa Justiça + Próxima na componente do sistema judiciário.

Que balanço faz do seu primeiro mandato?

É difícil ser juiz em causa própria. Mas creio que globalmente conseguimos alcançar os principais objetivos do Programa do Governo. Introduzimos um conjunto de medi-

das que permitiram reduzir significativamente as pendências processuais, o que favorece a aceleração dos tempos de resposta, reduzindo a morosidade; fizemos um exercício de revisão do mapa judiciário definido em 2014, corrigindo-o nas suas assimetrias e disfuncionalidades; melhorámos a capacidade de autoconhecimento e de planeamento dos meios afetos aos tribunais, através de indicadores de gestão; aprovámos um pacote substancial de reformas para a jurisdição administrativa e tributária; alterámos radicalmente o paradigma de proteção dos adultos com capacidade diminuída, com a abolição dos institutos da interdição e inabilitação e a criação da figura do maior acompanhado, dando, nessa matéria um salto civilizacional da maior relevância, sobretudo no contexto de uma sociedade envelhecida e com alta prevalência de patologias incapacitantes; alterámos o regime das penas curtas de prisão, substituindo-o pela prisão no domicílio com vigilância eletrónica, que oferece maiores garantias no plano da ressocialização; dialogámos e encontramos os equilíbrios necessários à revisão dos estatutos das magistraturas, da orgânica e das carreiras da Polícia Judiciária, bem como das carreiras dos registos e notariado; aprimorámos o Estatuto do Corpo da Guarda Prisional.

Com a criação do portal da justiça, o Justiça.gov, disponibilizámos mais informação e melhor acesso aos serviços online que o sistema de justiça presta.

Julgo que pusemos em marcha um processo de modernização que não é já suscetível de reversão.

Uma das críticas que se faz à Justiça é a sua lentidão. Concorde com esta crítica?

Não é boa política ignorar a realidade. A Justiça melhorou muito, no plano da lentidão, mas precisamos claramente de ir mais longe, sobretudo na área administrativa e tributária. Reduzimos as pendências processuais de 1 milhão e duzentos mil em 2015 para 720 mil, no final de 2020, mantendo o nível de efetivos. A capacidade de resposta da esmagadora



melhoria dos tribunais melhorou, sensivelmente, não só em função disso como também em resultado de uma diminuição do número de litígios, fruto da retoma económica. O tempo de vida dos novos processos entrados conhece já uma redução assinalável. A duração média das ações cíveis findas no terceiro trimestre de 2021 foi de 11 meses, o valor mais baixo entre períodos homólogos desde 2007.

Creio que estes dados ajudam a compreender que a morosidade tem estado a ser efetivamente combatida, com resultados visíveis.

Como seria previsível, a Pandemia desacelerou o processo de redução do tempo de vida dos processos, mas acompanhamos a situação e, conjuntamente com os conselhos superiores – que são os responsáveis pela gestão dos magistrados – identificaremos as respostas para retomar essa dinâmica.

Numa das suas declarações públicas, o Presidente da República afirmou que “uma justiça lenta é uma justiça que é um travão em termos económicos, culturais e sociais”. Considera a Justiça um fator de competitividade da economia e das empresas? Essa competitividade não está a ser comprometida e será efetivamente um travão se a Justiça não for célere?

Eis uma área em que a modernização pode fazer toda a diferença. E a verdade é que temos trabalho feito e espaço para evoluir. A mais recente avaliação dos sistemas de justiça da União Europeia, contemplada no EU Justice Scoreboard, coloca Portugal em sétimo lugar na disponibilização de meios eletrónicos nos tribunais, face ao grupo de 27 países que participou no estudo. O processo de inovação e transformação digital na Justiça portuguesa tem sido apontado como exemplo no plano europeu e internacional e está a ser acompanhado de muito perto pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

A transformação digital e a modernização na Justiça são um poderoso instrumento do acesso ao direito por parte dos cidadãos, mas também no que toca à alavancagem da recuperação económica. O atual plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é bastante incisivo na questão das reformas da Justiça económica e ambiente de negócios.

Pretendemos que a Justiça se assuma como fator catalisador da mudança no sentido da simplificação, do “Digital por definição” e na facilitação das interações com os cidadãos e empresas, através da transformação tecnológica, procedimental, legal e da capacitação dos seus colaboradores.

Este reforço significativo correspondente a um investimento de 266,9 milhões de euros irá materializar-se nas Plataformas Digitais dos Tribunais (incluindo TAF e Insolvências), nas Plataformas Digitais para Ciclos de Vida dos Cidadãos e das Empresas (incluindo recuperação e competitividade), nas Plataformas Digitais para a Investigação Criminal e Forense, nas Plataformas de gestão de conhecimento e no Reforço das Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos.

A reforma da Justiça constitui um dos principais desafios enfrentados pelo Governo, tendo em conta a importância deste setor para a confiança dos cidadãos e agentes económicos na Justiça e no Estado. Quais têm sido os grandes desafios do Governo para a reforma da Justiça?

Em linha com os objetivos estratégicos que definimos, elegemos cinco eixos fundamentais de ação política: melhoria do acesso ao direito; aprofundamento do processo de transformação digital e de modernização dos serviços; melhoria da capacidade de gestão do sistema judicial, reforço da proteção dos cidadãos mais vulneráveis e intensificação do esforço de combate à corrupção.

Essas linhas de ação pressupõem um esforço financeiro não despendendo, para assegurar mais e melhores meios de ação para os tribunais, para o sistema de acesso ao direito, para a investigação criminal, para a medicina legal e ciências forenses, para os registos, para a propriedade industrial. Trabalhamos para acelerar os processos de transição digital, para melhorar as condições de apoio às vítimas de crimes violentos, para melhorar as condições de reclusão e de acolhimento nos centros educativos, para voltar a motivar grupos que se viram subitamente limitados na dimensão da progressão nas respetivas carreiras ou privados de rendimentos que tinham por seguros... E os equilíbrios e opções nem sempre são fáceis.

Manter o esforço de inovação e de aperfeiçoamento permanente dos sistemas de informação dos tribunais, tornando-os ainda mais amigáveis e aumentando-lhes as funcionalidades para que sirvam de apoio efetivo à realização da esmagadora maioria do trabalho de magistrados e oficiais de justiça, continuando a evoluir na desmaterialização da relação entre o tribunal e outras entidades públicas e privadas implica, para além de meios financeiros substanciais, recursos humanos qualificados e motivados.

A alteração de comportamentos e a resistência à mudança são sempre fatores que condicionam a mudança nas orga-



Vanda de Mello

nizações. O grande desafio, sobretudo quando se trabalha com instituições caracterizadas pela independência e pela autonomia, é a inclusão. A participação responsável das entidades que têm de interagir, cada uma no quadro das suas competências específicas.

Mas, para além da realidade, enfrentamos ainda a dificuldade de alteração das perceções, por vezes fundadas no caso ou na mera repetição de lugares comuns...

Que políticas e instrumentos têm sido adotados em termos de modernização, simplificação, qualificação e melhor compreensão da Justiça?

Falámos já do processo de transformação digital na justiça, que está estruturado em torno do nosso programa Justiça + Próxima, com cerca de 140 medidas distribuídas por quatro pilares estratégicos de desenvolvimento: Eficiência, Inovação, Proximidade e Humanização.

O pilar eficiência engloba medidas que visam melhorar a gestão do sistema, promovendo a simplificação e a des-

materialização de processos, avaliar, alterar ou eliminar metodologias desatualizadas, procedimentos e atos desnecessários, com foco no Cidadão. De forma a robustecer a Inovação comprometemo-nos a desenvolver novas abordagens de suporte à transformação da Justiça, potenciadas por inovadoras soluções tecnológicas, incentivando a colaboração entre agentes judiciais, universidades, investigadores, empresas, comunidade tecnológica e de empreendedores.

Na alínea da Proximidade destacamos a criação de serviços mais próximos dos cidadãos e empresas, com simplificação e clareza, eliminando formalidades e procedimentos, e fomentando a integração e difusão em diferentes canais.

Por fim, no que toca à Humanização, destaco o reforço de melhor acolhimento nos espaços públicos e condicionados da Justiça, a promoção, qualificação e formação dos agentes que lidam com cidadãos privados de liberdade, e o investimento na reinserção social pela capacitação e empregabilidade e através da prevenção da reincidência criminal, em prol da dignidade humana.



Vanda de Mello

Existe uma discussão, de longa data, envolta em polémica, que visa os três poderes do Estado. Ou seja, no âmbito do poder legislativo, os lobbies que supostamente existem da criação de leis à medida para beneficiar interesses diretos de empresas e grupos económicos. Sendo o poder judiciário, por um lado, aquele que controla a constitucionalidade das leis e averigua a compatibilidade das normas com a Constituição da República e, por outro, a responsabilidade e obrigação de justamente solucionar as controvérsias que podem surgir com a aplicação da lei, como se controla este tipo de “lobbies legislativos”? É da opinião que os deputados devem exercer a sua função em regime de exclusividade, precisamente para evitar estas tentações?

O Parlamento, no âmbito do chamado “Pacote Transparência” tem vindo a discutir a questão do lobbying. O controle do que chama lobbies legislativos faz-se desde logo com a introdução de transparência e publicidade obrigatória de todas as interações que haja com terceiros, desde o início do processo legislativo. É a regra da “pegada legis-

lativa” que implica que todos os contactos tidos no âmbito do processo legislativo ou com vista a iniciar um processo legislativo fiquem adequadamente registados: Quem abordou quem? Que propostas e sugestões foram feitas?

A existência de registos de pessoas e entidades que exerçam o lobbying e a publicitação das intervenções no âmbito dessa atividade também pode auxiliar no controle e escrutínio que se impõe fazer. Não penso que a exclusividade gere, de per si, uma espécie de imunidade em relação a influências externas.

Existe, em Portugal, uma Justiça para ricos e poderosos e outra para os pobres e anónimos? Em que medida pensa ter contribuído para que tal não aconteça?

A ideia de Justiça com dois padrões de resposta é alimentada pela perceção de diversas velocidades entre os processos que envolvem cidadãos anónimos e os que envolvem cidadãos com níveis elevados de riqueza ou grande notoriedade pública.



Vanda de Mello

Colhe-se a impressão de que os cidadãos mais favorecidos, no plano económico, social ou político, têm acesso a melhores garantias de defesa porque têm meios quase infinitos para litigar.

No plano formal, as garantias de defesa são iguais para todos os cidadãos. Na dimensão prática, quem tiver mais condições de riqueza poderá, de facto, ir mais longe na litigância, tal como poderá beneficiar de melhor educação formal ou de melhores recursos, no plano da saúde. A questão da desigualdade económica afeta tanto a Justiça como outros setores da nossa vivência em comunidade.

Depois, é também verdade que a investigação da criminalidade a que essa categoria de cidadãos aparece mais frequentemente associada é, normalmente mais complexa, pela sua natureza e por envolver áreas do saber que não estavam tradicionalmente ligadas à investigação criminal: a economia, o setor financeiro, os mercados de capitais e de valores mobiliários...

A alteração do Estatuto do Ministério Público, melhorando as condições dos magistrados dos departamentos em que o Ministério Público dirige a investigação criminal – os DIAP; a reorganização da Polícia Judiciária; o reforço dos

meios humanos do Ministério Público e da Polícia Judiciária, foram medidas tomadas pelo Governo para melhorar a capacidade de resposta à criminalidade mais complexa.

Para além disso, a comparação do nosso modelo com o de países com uma matriz jurídica semelhante à nossa permitiu-nos identificar algumas respostas que poderão ajudar à aceleração do tempo nos processos mais complexos.

Temos em curso iniciativas legislativas tendentes a facilitar a separação de processos relativos a um mesmo agente, que esteja a ser investigado por várias ações, e também a consagrar formalmente a possibilidade de se fazerem acordos sobre a sentença, dispensando-se a produção de prova em julgamento, se o agente confessar os crimes.

Posso dizer que a capacitação tecnológica da Polícia Judiciária, bem como o reforço de meios humanos desta polícia e do Ministério Público, permitem hoje resultados mais consistentes no plano da investigação. Devemos, seguramente, encarar a especialização na criminalidade económico-financeira numa perspetiva integrada que abranja o inquérito, a instrução, o julgamento e o recurso. E reforçar os mecanismos de assessoria técnica.



Vanda de Mello

O caso do Procurador Europeu José Guerra – nomeado em julho do ano passado – e dos lapsos do seu currículo está “encerrado”? A nomeação deste procurador Do Ministério Público, escolhido pelo Governo português, é para manter? As acusações imputadas ao Ministério da Justiça, de que as competências de José Guerra para o cargo foram inflacionadas para justificar a sua escolha em detrimento de outro magistrado colhem fundamento ou considera que a extensão da gravidade está a ser empolada?

O Governo mantém a indicação que transmitiu que, como referi já abundantes vezes, resultou de uma seleção feita pelo Conselho Superior do Ministério Público, órgão independente do Governo e com competência para a gestão e avaliação dos magistrados. O Conselho abriu um concurso e graduou o candidato José Guerra em 1.º lugar, com 14 pontos de diferença relativamente à candidata que veio a

ser posicionada em primeiro lugar pelo Painel Europeu de Seleção. Como é público e resulta expressamente da legislação europeia sobre esta matéria, o parecer daquele painel de seleção não era vinculativo para o Conselho, órgão competente para a decisão.

Não, não têm qualquer fundamento. Como ficou demonstrado pelo resultado do concurso interno, que foi organizado por uma instituição que conhece os percursos profissionais dos magistrados e está habituada a compará-los e graduá-los, o candidato nomeado era o que reunia melhores condições para o cargo com uma distância muito grande em relação à terceira classificada. Por isso, a ideia de que os lapsos identificados visavam empolar o seu curriculum, é totalmente carecida de fundamento.

Sentiu que este processo enfraqueceu o seu lugar como ministra da Justiça, sobretudo quando viu partidos da oposi-



Vanda de Mello

ção a pedir a sua demissão e o próprio presidente Marcelo Rebelo de Sousa a considerar um “desleixo lamentável”?

Relativamente à oposição, recordo que foi deste Governo que partiu a iniciativa de atribuir aos conselhos superiores da Magistratura e do Ministério Público as competências para a seleção dos candidatos. Considerámos que ambas as instituições estavam em melhores condições para orientar o Governo. Não deixa, pois, de ser curioso que a mesma oposição que nunca investiu no aperfeiçoamento do processo de seleção de titulares de cargos desta envergadura venha agora acusar o Ministério da Justiça de ser parcial. Pergunto-me ainda o que teria acontecido se fôssemos contra a decisão do Conselho Superior do Ministério Público...

Considera que este caso pode manchar a credibilidade de Portugal lá fora e manchar a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia?

O Governo de Portugal empenhou-se fortemente na constituição da Procuradoria Europeia, participando logo no primeiro grupo de Estados que a ela aderiu. O XXI Governo desbloqueou uma negociação que estava estagnada, por parte de Portugal. A credibilidade e interesse do nosso país jogou-se nessa altura, com esse impasse. No quadro da Presidência do Conselho, tudo temos feito,

apoiando a Comissão no sentido de acelerar a implementação das estruturas da Procuradoria Europeia e permitindo a sua rápida entrada em funcionamento.

A corrupção tem sido tema de debate e de reflexão por muitos intervenientes. O que tem sido feito pelo seu ministério para combater este flagelo económico e social que tanto desprestigia e compromete a nossa nação? Como interpretou o caso Manuel Vicente, em que claramente cheirou a chantagem e permitiu que o caso não fosse julgado em Portugal?

O combate à corrupção é uma das linhas fundamentais de atuação deste Governo.

Identificámos um amplo conjunto de medidas e temos em marcha uma estratégia nacional integrada, que compreende a prevenção e a repressão dos fenómenos corruptivos, que robustece instrumentos jurídico-processuais já existentes e que prossegue o reforço de recursos humanos e tecnológicos do Ministério Público, da Polícia Judiciária, dos serviços prisionais e do Centro de Estudos Judiciários. Sabemos que apesar do que já foi feito no passado para combater o fenómeno, persiste socialmente a ideia de que os fenómenos corruptivos atravessam amplos setores das atividades política, administrativa e privada e que o Estado não tem conseguido prevenir, detetar e reprimir eficazmente a corrupção.



Vanda de Mello

A estratégia desenhada visa promover a transparência e integridade como valores comuns, o fortalecimento das instituições públicas e o aumento da confiança dos cidadãos nas mesmas, bem como assegurar o igual tratamento de oportunidades para todos.

A Estratégia tem uma dimensão preventiva e uma repressiva. Creio que a prevenção é a única forma de ir às raízes do problema. Mas não ignora as dificuldades ao nível da repressão, desde logo com o conhecimento atempado dos factos pelo Ministério Público ou com a necessidade de instituição de mecanismos que facilitem a quebra dos pactos de silêncio.

Em jeito de conclusão e mensagem aos portugueses, o que pode o povo português esperar da Justiça em Portugal?

Uma Justiça mais próxima, mais humanitária e mais ágil. O ano de 2020 trouxe-nos sofrimento, perda de vidas, privação de contacto físico, desagregação do tecido produtivo e uma generalizada quebra de rendimento das famílias e das empresas. Foi um ano de desestruturação das nossas

organizações, de redução da capacidade de resposta dos nossos serviços, de desmobilização da confiança que os cidadãos vinham adquirindo no nosso empenho e vontade de construir um país mais justo, mais coeso e mais solidário.

A justiça não passou incólume à devastação causada pela Pandemia, mas é nossa vontade e dever, criar condições para inverter a situação no plano da saúde pública, com a inerente retoma da economia, a melhoria do emprego e das condições de vida das famílias, a normalização da atividade da administração e o regresso gradual ao lugar em que nos encontrávamos em março de 2020.

A resposta da justiça, neste contexto pandémico, foi muito facilitada pelas iniciativas em matéria de digitalização, de modernização e de simplificação executadas no âmbito do Programa Justiça + Próxima.

O aumento da oferta de serviços digitais na plataforma digital da Justiça permitiu garantir níveis mínimos de serviço em matéria registral. E o percurso que vínhamos fazendo facilitou a construção, no espaço de uma semana, de uma solução eletrónica para os registos de nascimento, que desde abril de 2020 podem ser efetuados eletrónica e gratuita-



Vanda de Mello

mente a partir de casa. Gostava de referir, a título de exemplo, que do total de 61.416 nascimentos registados entre 14 de abril de 2020 e 28 de fevereiro de 2021, 28.120 foram efetuados online, com clara vantagem para a segurança dos cidadãos em contexto de Pandemia.

Ainda no capítulo da modernização da justiça, se em janeiro de 2019 foram emitidos 9.670 certificados relativos ao registo criminal, esse número cresceu para 16.404 em janeiro de 2020 e para 24.256 em igual período deste ano.

Por outro lado, é com ânimo que verificámos que 83% das diligências processuais contabilizadas entre setembro de 2020 e janeiro de 2021 foram realizadas, sendo que apenas 2% tiveram de ser adiadas por razões relacionadas com a Pandemia de Covid-19.

Temos condições para honrar os nossos compromissos em relação aos grandes eixos de ação política deste Governo: O reforço da proteção dos cidadãos mais vulneráveis, o robustecimento do combate à corrupção e o prosseguimento da modernização do sistema de justiça, aproximando-a dos cidadãos.

A Descendências Magazine agradece-lhe novamente a honra deste entrevista.

Foi um prazer.



| M I G R A Ç Õ E S

Viver em Portugal Como e porquê

Desde finais dos anos 90 que Portugal tem vindo a ter uma procura crescente por parte dos mais variados cidadãos do mundo que desejam estabelecer-se neste país, criando novas raízes, abrindo-se a novas oportunidades para si e para as suas famílias. Porém em 2007, com a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, o Direito dos Estrangeiros criou mecanismos legais mais eficientes e mais atentos aos detalhes dos fluxos migratórios. A Legislação original tem sofrido alterações que privilegiam uma imigração empreendedora, investidora

e altamente qualificada. Portugal tornou-se num dos países da UE com uma das mais das notáveis Leis dos Estrangeiros, tendo criado diferentes tipos de visto de residência (VR) que abrangem os vários propósitos, que ao longo dos anos, motivaram milhares de cidadãos estrangeiros a vir para este “jardim da Europa à beira-mar plantado”, tendo esse número ultrapassado recentemente o meio milhão.

Começamos, pois, por ver quais os tipos de visto de residência que existem na legislação portuguesa.

Visto para reformados, religiosos ou detentores de rendimentos próprios (D7)

É um dos tipos de VR mais comuns e está especialmente concebido para as pessoas que têm rendimentos próprios nos seus países de origem (rendas de casas, reformas, investimentos financeiros, lucros, poupanças, etc.). Em suma, o requerente deve possuir e comprovar os rendimentos próprios que lhe permitam se autossustentar em Portugal.

Visto para trabalhadores independentes ou empreendedores (D2)

Este VR comporta duas vertentes, é indicado para os estrangeiros que tenham efetuado operações de investimento, ou tenham a intenção de proceder a uma operação de investimento em território português, nomeadamente a criação de uma empresa ou negócio.

Porém, o D2 é também válido para trabalhadores independentes que, por exemplo, tenham um contrato de prestação de serviços e uma atividade considerada liberal. Esta última vertente aplica-se atualmente aos apelidados de “Nómadas Digitais” e é um tipo de visto que ganhou uma nova dimensão pós-pandemia.

Visto de Estudante (D4)

O visto de estudante é destinado a quem possua uma carta de aceitação por parte de uma instituição de ensino portuguesa.

Para obter essa carta de aceitação por parte de uma instituição de ensino há que passar por um processo seletivo, ser aprovado e efetuar a matrícula.

Contudo, um dos requisitos fundamentais para a obtenção deste VR é que o curso que pretenda fazer tenha uma duração superior a um ano.

Visto para Exercício de Atividade Altamente Qualificada (D3)

Este visto tem sido um dos mais solicitados nos últimos 3 anos, aplica-se aos

cidadãos estrangeiros que tenham sido admitidos como estudantes de ensino superior ao nível de doutoramento, ou como investigadores que colaboraram num centro de investigação reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência. Outro tipo de requerente para o D3, é o profissional que venha desempenhar uma atividade de docência num estabelecimento de ensino superior ou uma atividade que seja considerada altamente qualificada com vínculo de contrato de trabalho em Portugal. Nos últimos anos, profissionais do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação têm sido os principais requerentes do visto D3, tendo contribuído para esse facto a simplificação do processo com as alterações introduzidas pela portaria do TechVisa.

Visto de Trabalhador por Conta de Outrem (D1)

O visto D1 é o “clássico” visto de trabalho que nos últimos anos tem sido um dos mais desafiantes para serem concedidos, pela complexidade burocrática e processual, sendo indicado para todos os profissionais de um Estado Terceiro que tenham um contrato de trabalho ou contrato promessa de trabalho com uma empresa portuguesa. Nas últimas alterações à lei dos estrangeiros, introduzidas pelo orçamento de estado de 2020 e 2021 este processo tornou-se um mecanismo mais simples, dispensando agora a declaração do IEPF que

atestava que o requerente deste visto seria o único profissional, em Portugal e no resto da União Europeia, capaz de desempenhar as funções para as quais estaria a ser contratado.

Agora que já respondemos à pergunta, “como podemos ir para Portugal” resta apenas responder à questão: “porquê Portugal?”. O clima, a gastronomia, a cultura e a segurança, são alguns dos testemunhos mais recorrentes de quem tomou a decisão de se instalar por terras lusas. Contudo, há também quem dê destaque a outros indicadores como o facto de estarmos no TOP 3 de países mais seguros do mundo, o facto de estarmos em 22º lugar no Quality of Life Index da Numbeo e de sermos considerados pela agência Transparency International como um dos países do mundo com maior grau de transparência política e social, colocando-nos na 30ª posição num rank onde constam 180 países. Nestes, e em tantos outros campos, Portugal tem tido um feedback que parece aumentar a confiança e a vontade de cada vez mais pessoas se fixarem com residência no nosso país.

É por isso que na Ei! Assessoria Migratória nós trabalhamos de forma tão apaixonada e queremos ser o ombro amigo de quem se toma de coragem de mudar de país. Também porque acreditamos no nosso país, nas suas qualidades e no seu potencial para ser a melhor casa para quem também acredita em nós!



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória



| CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A Comunidade Portuguesa em Macau

A sua importância no papel de plataforma de Macau nas relações económicas e comerciais entre a China e os países de língua portuguesa

Macau foi um território chinês sob a administração portuguesa que, no dia 20/12/1999 passou a ser Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) da República Popular da China.

Durante a fase de transição tive a oportunidade de acompanhar os assuntos discutidos entre os governos da China e de Portugal, porque era Presidente da Direção da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, uma associação de matriz portuguesa, criada em 1987, com o objetivo de defender os seus legítimos direitos. Os trabalhadores da função pública tinham a possibilidade de tomar uma das opções: aposentação antecipada (se completar 30 anos de serviço até 20 de dezembro de 1999), desvinculação (se completar 15 anos de serviço até à data do estabelecimento da RAEM) e integração nos quadros da República Portuguesa.

A maioria dos funcionários públicos decidiram continuar a prestar serviço no Governo da RAEM, incluindo muitos portugueses que estavam a trabalhar nos diversos serviços públicos nos diferentes cargos, tais como juizes, direção e chefia, médicos, engenheiros, arquitetos, informáticos, técnicos e pessoal administrativo.

A razão da manutenção dos portugueses na RAEM era devida ao facto da China e Portugal acordarem, para além do chinês, manter o português como língua oficial na RAEM, a manutenção dos vencimentos dos funcionários públicos não inferiores aos que detinham antes do estabelecimento da RAEM (artigo 98º da Lei Básica) e da manutenção dos usos e costumes dos descendentes dos portugueses (artigo 42º).

Nós portugueses vivemos em harmonia com as diferentes comunidades (chinesa, filipina, tailandesa, inglesa, americana, francesa e outras) durante os 21 anos em Macau e com o grande apoio dos Governos da RPC e da RAEM.

Para os lusodescendentes que tenham sangue chinês, a RPC criou uma legislação própria a permitir que permanecessem com a nacionalidade portuguesa, podendo ter o direito a optar pela nacionalidade chinesa. Perante a lei todos os residentes permanentes (mais de 7 anos de residência consecutiva) têm os mesmos direitos independentemente da sua origem. Assim, os portugueses conseguiram após o estabelecimento da RAEM ser residentes permanentes.

Em todos os anos, o Governo da RAEM faz referência à importância da comunidade dos descendentes dos portugueses, vulgarmente designados por macaenses, pelo contributo no desenvolvimento económico e social de Macau.

Para que não dependesse apenas da indústria do jogo, o Governo da RAEM resolveu diversificar a economia de Macau, decidindo tornar Macau como plataforma de serviços entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe).

Para a concretização do papel de plataforma de Macau, em 2003 fui nomeada para o cargo de Coordenadora para apoiar o Ministério do Comércio da China e do Governo da RAEM na organização do 1º Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, designado por “Fórum de Macau”, com a presença de Vice-Primeiros Ministros e Ministros da China e dos Países de Língua Portuguesa, tendo acordado entre os países membros o estabelecimento do Secretariado Permanente do “Fórum de Macau”, com a presença de delegados dos Países de Língua Portuguesa.

Com a criação do “Fórum de Macau”, a partir de 2003, a comunidade portuguesa aí residente começou a ter um papel preponderante na concretização do estreitamento das relações económicas e comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa devido à facilidade do diálogo. Por outro

lado, os residentes oriundos de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e ex-colónias portuguesas Goa, Damão e Dio, continuam a prestar serviço na RAEM e convivem em harmonia com a comunidade chinesa, fazendo pontes de ligação, ao utilizarem Macau como plataforma, entre a China e os seus países de origem para o aprofundamento das relações económicas, comerciais e culturais. A importância da comunidade portuguesa foi assim fortalecida e consequentemente o Governo da RAEM deu mais atenção para elevar a utilização da língua portuguesa nos serviços públicos.

Com o apoio do Governo da RAEM, a comunidade portuguesa tem organizado atividades culturais para a atração turística e promoção da imagem de Portugal em Macau e nas diferentes províncias do interior da China. Também os portugueses empresários, através das suas associações comerciais, organizam feiras, exposições e intercâmbios de empresários para a promoção dos serviços e comércio de Portugal e de outros Países de Língua Portuguesa.

Durante os doze anos que trabalhei no Secretariado Permanente do Fórum de Macau, como Secretária-Geral Adjunta em representação do Governo da RAEM, tive a oportunidade de ter contactos com as diferentes camadas sociais da comunidade portuguesa e dos países de língua portuguesa e de apoiar na criação das diferentes associações de todos os países e territórios de língua portuguesa em Macau, para que as mesmas pudessem organizar as atividades culturais e comerciais dos seus países, apoiando a Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa e da Festa da Lusofonia organizadas anualmente pelo Governo da RAEM e pelo Secretariado Permanente do “Fórum de Macau”.

Nas cinco Conferências Ministeriais organizadas, de 3 em 3 anos em Macau, os dirigentes chineses anunciaram o mesmo como centro de formação de bilingues, centro de prestação de serviços dos países de língua portuguesa e centro para a realização de feira e exposição dos produtos dos países de língua portuguesa. A comunidade portuguesa com a sua longa ligação com os países de língua portuguesa ao longo dos últimos 17 anos, tem dado um contributo na concretização de relações culturais e comerciais entre as empresas da China, Macau e dos Países de Língua Portuguesa. Hoje em Macau há mais estudantes da língua portuguesa (mais de 5 mil alunos) e desde que foi anunciado como centro de formação de bilingues, muitos chineses estão a tirar cursos em Portugal e muitos portugueses vieram a Macau para dar aulas em português na Escola Portuguesa, nas escolas privadas e nos sectores público e privado.

Muitos dos estudantes após a aprendizagem da língua portuguesa estão a trabalhar nas empresas portuguesas e chinesas que fazem negócios com os Países de Língua Portuguesa e é uma das razões do aumento do número de estudantes que querem aprender português em Macau e em Portugal.

Com o aumento de residentes em Macau que dominam a língua portuguesa e com o apoio dos portugueses, a ligação com os países de língua portuguesa tornou-se mais forte para a cooperação económica e comercial principalmente nesta fase da pandemia do coronavírus, onde a comunicação em português por email ou outros meios eletrónicos e vídeo de conferência, é mais utilizada para a aproximação entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Os portugueses têm contribuído muito para isso, fortalecendo cada vez mais o papel de plataforma de Macau entre a China e os Países de Língua Portuguesa.



Rita Santos

Conselheira das Comunidades Portuguesas

AILD

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DOS LUSODESCENDENTES

Formação modular
para empregados e
desempregados

F O R M A Ç Ã O
F I N A N C I A D A

Siga-nos em
AILD.PT

ÁREAS DE FORMAÇÃO

Artesanato
Comércio
Marketing e Publicidade
Contabilidade e Fiscalidade
Gestão e Administração
Secretariado e Trabalho Administrativo
Ciências Informáticas
Enquadramento na Organização/Empresa
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
Trabalho Social e Orientação
Hotelaria e Restauração



| ARTES E ARTISTAS LUSOS

Elaine Ávila



Elaine é uma escritora norte-americana de ascendência açoriana (Pico) que explora histórias inéditas de mulheres, trabalhadores, mudanças climáticas, globalização e os portugueses nas suas peças convidativas, ousadas, espirituosas, compassivas e abrangentes que muitas vezes incorporam música e humor.

Quando e como iniciou a sua atividade literária?

Quando eu era criança, morava ao lado de uma poetisa, *Loie Johnson*, que estava a divorciar-se. Eu colocava os meus primeiros poemas para ela na sua caixa de correio, no caminho da escola para casa. Escrevia livros com as minhas amigas, passando-os de umas para as outras. Para mim, a literatura tem uma intimidade, como uma carta feita à mão, que pode viajar no tempo e no espaço.

Como tem sido a evolução da sua carreira?

Trabalho para encontrar pessoas que amem e apoiem minha escrita e sou eternamente grata a elas. Encontrei esses colaboradores da Tasmânia à China, da Cidade do Panamá a Nova Iorque ao Pico. Acredito que seja essencial, especialmente para as escritoras, aprender a sobreviver a rejeição. Também acredito

em criar oportunidades para os outros: dê o que você quer receber. Estou muito orgulhosa das iniciativas que criei para jovens escritores o *Climate Change Theatre Action*, que envolve 50 dramaturgos, 200 teatros e atinge 12.000 membros do público em todo o mundo.

Quais foram as principais influências que marcaram a sua forma de escrever?

Inspiro-me no que falta, no que não foi feito. Estou inspirada pela escrita de *Suzan-Lori Parks*, *James Baldwin*, *Katherine Vaz*, *Rosa Alice Branco*, *Ana Luísa Amaral*, *Teolinda Gersão*, *Eça de Queirós*, *As Três Marias*, *Oona Patrick*, *Diana Silva*, *Marilyn Duarte*, *Carolina Cordeiro*, *José Dias de Melo*, *Pedro Paulo Câmara*, *Gabriela Silva*, *Lara Gularte*, *Esmeralda Cabral*, *Sandra Henriques*, *Alice Moderno*, *Terry Costa*, *Manuel Lopes Azevedo*, e a escrita académica de *Anna M. Klobucka*.

DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE





Educadora e dramaturga, são atividades distantes ou pelo contrário complementam-se?

Complementam-se. Absolutamente. É um grande privilégio ser professor.

No seu meio artístico, o que é necessário para alcançar o sucesso/êxito?

Coragem e generosidade.

Considera importantes as artes para o desenvolvimento dos países? Existem apoios do Estado onde reside para a sua atividade artística? Que tipo de apoios?

É essencial. Escrever e pesquisar trabalhos leva tempo. Recebi bolsas locais, nacionais e internacionais: da *Fulbright Portugal*, do *Canada Council* e do *British Columbia Arts Council*, só para citar alguns.

Já atuou ou realizou trabalhos em Portugal?

Sim, as minhas peças já foram apresentadas em Sintra, Lisboa, Covilhã e Pico.

Fala Português ou tem vontade de aprender a língua?

Não me ensinaram português quando era criança, foi uma época na América em que era importante esconder a sua identidade. Trabalho muito para aprender português, e o meu português está cheio de influências diversas por causa disso. Eu ainda estou a aprender.



Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia do ponto de vista da sua atividade?

É muito difícil. A maioria dos teatros do mundo está fechada. Ainda assim, dramaturgos dão trabalho para atores, diretores e designers. Tive de entrar em contato com amigos e colaboradores, mais do que normalmente faço, para manter o meu ânimo. Amo os meus cafezinhos virtuais com os meus queridos amigos de todo o mundo. Também é muito importante apoiar as empresas locais, e isso dá-me muita alegria, ao ver os meus amigos na *Paper House Bookshop*, *Vancouver Pen Shop* e *Union Market*. Agradeço também as organizações que mantêm vi-

vas as iniciativas, como o *Portuguese Beyond Borders Institute*, *MiratecArts*, Arquipélago de Escritores nos Açores, Programa de rádio de Diana Silva: “Dá-lha Corda” e um dos meus programas de televisão preferidos, “Mal-Amanhados - Os Novos Corsários das Ilhas,” que viaja para todas as nove ilhas dos Açores.

Quais são os seus projetos para este ano?

A minha peça, *Fado*, está prestes a ser publicada pela *Talonbooks* no Canadá. Terei um lançamento no *Portuguese Beyond Borders Institute* na Califórnia em abril. Estou a publicar uma segunda antologia das minhas peças na *NoPassport Press* em Nova Ior-



que, e neste momento estou a terminar a minha última peça, sobre mulheres que usavam o capelo e capote açoriano, que vai ser apresentada no Pico.

Qual é o seu maior sonho?

Tenho escrito peças curtas e cómicas em resposta à crise climática sobre águias, leões marinhos e salmões. Um deles foi apresentado para Al Gore em *Washington*. Agora estou a ler lindos livros sobre árvores, e a traduzir uma bela história, a vencedora do Prémio Escrita *MiratecArts*, inspirada nas espécies endémicas do

Pico. O meu sonho é termos alguma empatia pelo nosso mundo incrível e sermos responsáveis pelas gerações futuras por cuidar dele.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Continue a criar, da melhor maneira que puder, mesmo que seja difícil, durante esta pandemia. A arte ainda expressa sonhos para o futuro, honra e explora o passado e ajuda-nos a estarmos juntos nos nossos corações.



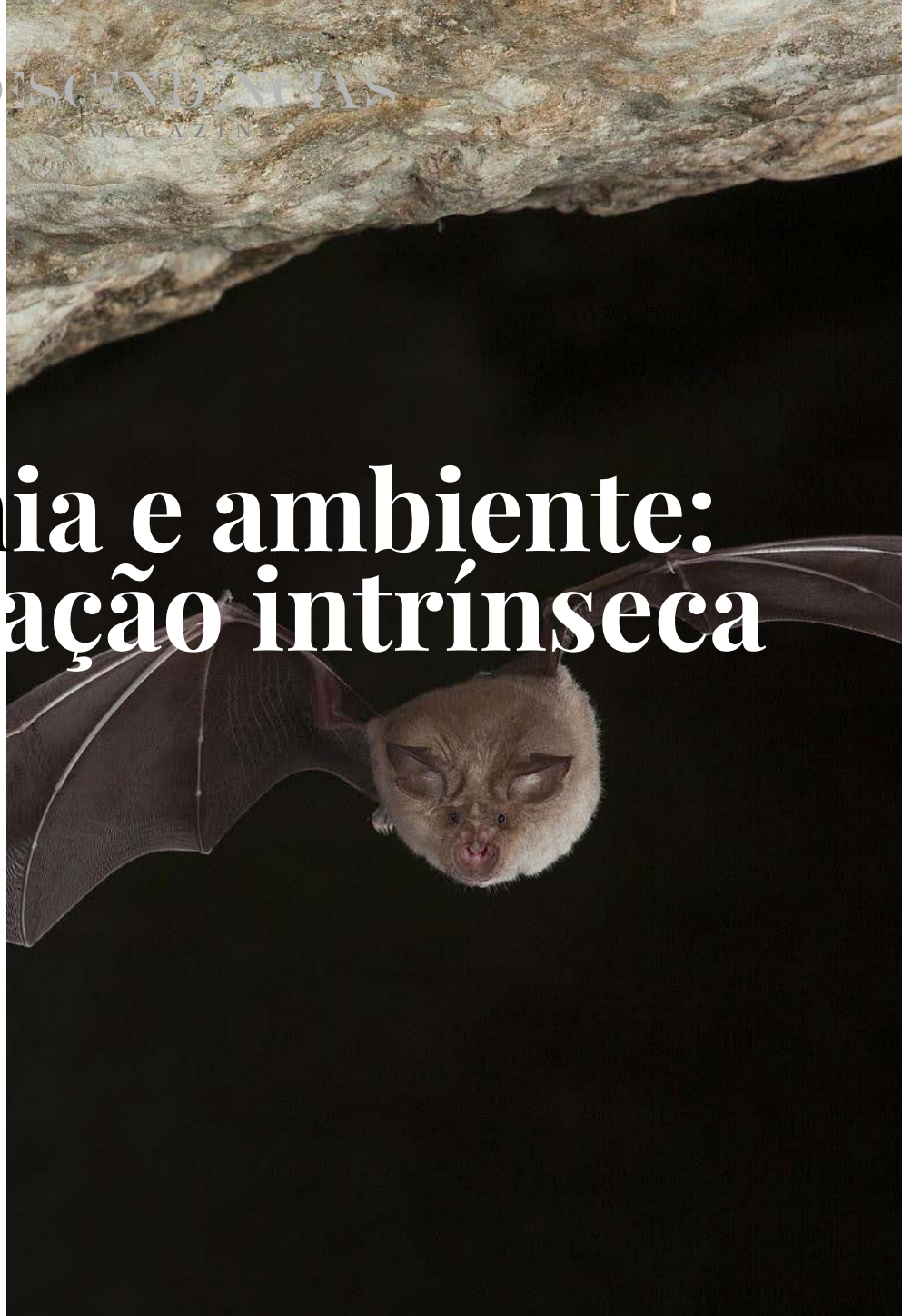
Terry Costa

Presidente do Conselho Cultural da AILD

| AMBIENTE

Pandemia e ambiente: Uma relação intrínseca

As consequências da pandemia no ambiente, sem que sejam duradouras, são evidentes, assim como o papel do ambiente no surgimento de novas pandemias



A destruição da natureza e, em particular, a desflorestação e o tráfico ilegal de animais selvagens, poderão originar, num futuro próximo, o aparecimento de novas pandemias. É essa a convicção de um grupo de especialistas da associação Preventing Pandemics at the Source. As mudanças operadas no uso do solo são elementos facilitadores da propagação de novas doenças, pelo contacto mais próximo de humanos com outras espécies selvagens. Estas são as conclusões de um estudo tornado público na revista Landscape Ecology. Na mesma linha, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) refere num relatório que, cerca de 70% das doenças, desde

1940 até à presente data, tiveram origem em animais, particularmente em consequência do aumento exponencial do consumo de carne e nas mudanças causadas pelos humanos na natureza.

Também a globalização é um agente facilitador da progressão das epidemias levando a que, rapidamente, se transformem em pandemias, como aconteceu com a Covid-19.

Se por um lado se notou alguma melhoria temporária na qualidade ambiental e na redução das emissões diárias de CO₂, sobretudo nos centros urbanos, por via do confinamento e do fecho de atividades não essenciais, por out-



ro, a pandemia criou condições para que a desflorestação aumentasse em várias regiões do globo (América do Sul, África e Ásia). Tomando por base os dados revelados pelo Global Land Analysis and Discovery, verifica-se que durante a pandemia, entre fevereiro e junho de 2020, os alertas de desflorestação aumentaram em 40%, 95% e 150%, nas regiões da América do Sul, Ásia e África, respectivamente, em comparação com a média do período homólogo de 2017 a 2019. Entre as principais causas para este avanço indiscriminado da destruição das florestas estão: a venda de madeira, a expansão da agricultura intensiva e a mineração a céu aberto, facilitadas pela diminuição das fiscalizações dos governos, que canalizaram as suas prioridades para o combate à Covid-19.

A percepção de melhoria momentânea provocada por esta pausa, evidencia-se em relatos de observação de animais selvagens a passearem nas artérias das cidades, em fo-

tografias a mostrarem o céu limpo em locais, onde, anteriormente, a poluição era perceptível (Himalaias, por exemplo) e nas águas mais limpas do rio Ganges no norte da Índia e até nos canais de Veneza, em Itália. Mas isso não deve ser motivo para comemorações antecipadas e só comprova que, mesmo com grandes mudanças, os ganhos ambientais são, proporcionalmente, reduzidos. Ainda que exista a percepção de que alguns animais selvagens conquistaram novas áreas urbanas, a realidade diz-nos que, no cômputo global, o resultado é desfavorável para aqueles, se tivermos em conta o habitat perdido em consequência da desflorestação, dos incêndios e de outras agressões aos ecossistemas.

Durante esta pandemia, as emissões de CO₂ diminuíram cerca de 5.5%, permitindo uma melhor qualidade do ar. No entanto, na perspectiva da ONU, nos próximos 10

anos, o mundo precisa reduzir, anualmente, para valores próximos dos 7.6%, ou seja, mesmo com estas restrições provocadas pela pandemia, a redução ficou aquém das expectativas. Todavia, num cenário de recuperação económica pós-pandemia, as empresas vão querer recuperar o que perderam neste período de restrições, pelo que se prevê que as emissões poderão aumentar novamente para níveis insustentáveis.

Os benefícios de uma menor poluição do ar são imediatos para a saúde da população. De acordo com a Universidade de Stanford, só na China, calcula-se que terão morrido menos 50 a 75% das pessoas devido às melhorias verificadas na qualidade do ar. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a má qualidade do ar, é responsável, todos os anos, pela morte de vários milhões de pessoas.

Importa ainda referir que, a pandemia está a ser aproveitada pelos dirigentes políticos para aprovarem de uma forma quase encoberta e envolta em nevoeiro, vários diplomas legais que irão prejudicar irremediavelmente o ambiente e empobrecer a democracia, numa fase em que as pessoas, estando em confinamento e sendo os ajuntamentos proibidos, não se podem manifestar. Estas ações irão prejudicar os interesses colectivos das populações, em favor de interesses particulares e das grandes corporações. São exemplos disso, a assinatura de contratos de prospecção, pesquisa e exploração mineira, contra a vontade expressa das popu-

lações, e a nova lei das expropriações, que diminui os direitos dos proprietários sobre as suas propriedades e facilita os processos de expropriação. Estas situações terão grandes impactos sociais e ambientais.

Os impactes pandémicos notam-se também no aumento dos resíduos domésticos e hospitalares e nas máscaras abandonadas no ambiente, depois de usadas.

A história diz-nos que, durante as crises económicas e nos momentos de recuperação posteriores, as políticas de protecção ambiental tornam-se mais frágeis. Na ânsia de uma recuperação económica rápida, a humanidade regressará rapidamente a um consumo exagerado e à sobreexploração de recursos, que são as causas primárias para a degradação da natureza. Todavia, nem tudo será mau. Espera-se que haja alguma mudança nos hábitos de consumo e uma maior consciência, com mais pessoas a apostar na sustentabilidade e na preservação dos recursos. Resta-nos a esperança nessa franja social, mais esclarecida e com maior consciência ambiental que, com certeza, tirará lições para o futuro e alinhará os seus padrões de consumo com as necessidades de preservação do ambiente e da saúde do planeta. Para a grande maioria, logo que esta imposição momentânea termine, regressa a “nova normalidade”, baseada nos velhos hábitos e, com ela, as graves consequências que nos trouxeram até aqui. E a história poderá repetir-se, outra vez.



Vítor Afonso
Mestre em TIC

Abril de sim, Abril de Não

Eu vi Abril por fora e Abril por dentro

vi o Abril que foi e Abril de agora

eu vi Abril em festa e Abril lamento

Abril como quem ri como quem chora.

Eu vi chorar Abril e Abril partir

vi o Abril de sim e Abril de não

Abril que já não é Abril por vir

e como tudo o mais contradição.

Vi o Abril que ganha e Abril que perde

Abril que foi Abril e o que não foi

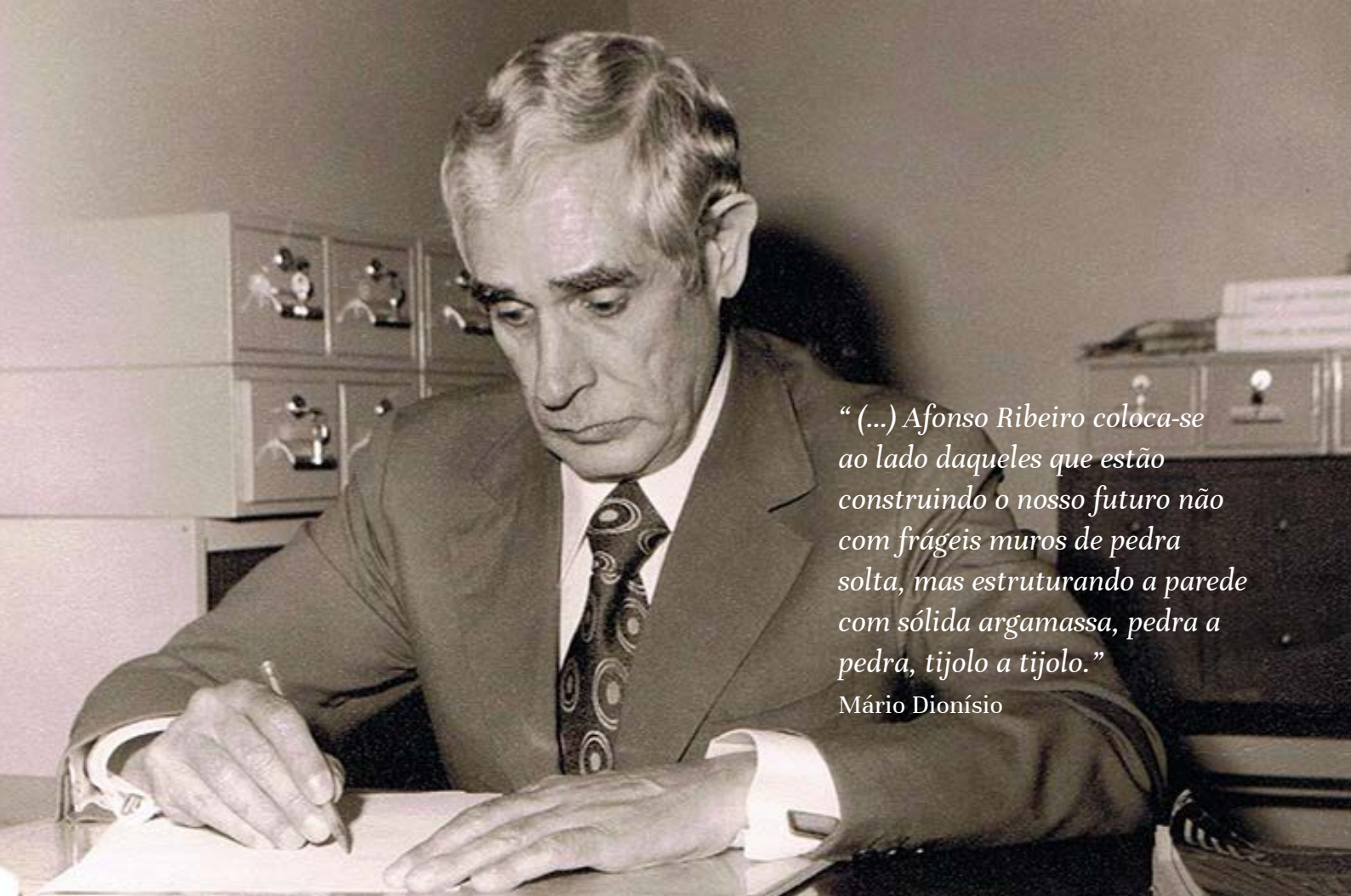
eu vi Abril de ser e de não ser.

Abril de Abril vestido (Abril tão verde)

Abril de Abril despido (Abril que dói)

Abril já feito. E ainda por fazer.

Manuel Alegre



“ (...) Afonso Ribeiro coloca-se ao lado daqueles que estão construindo o nosso futuro não com frágeis muros de pedra solta, mas estruturando a parede com sólida argamassa, pedra a pedra, tijolo a tijolo.”

Mário Dionísio

| LITERATURA PORTUGUESA

Afonso Ribeiro

O escritor de Moimenta da Beira injustamente esquecido

Há nomes que deveriam ser destacados no panorama literário nacional e que, infelizmente, fruto de vicissitudes várias, foram relegados a um imerecido esquecimento.

Afonso Adelino Ribeiro é um deles. Talvez pelo seu profundo entrosamento numa estética literária hoje “data-da”, o neo-realismo. Talvez pelas perseguições de que foi alvo por parte da polícia política do Estado Novo e pela Censura dos seus livros postos “fora do mercado” assim viam o prelo. Talvez por alguma aversão do ‘establishment’ académico mais conservador.

Sobre ele escrevi na revista de literatura “forma breve”, da Universidade de Aveiro, 2003, num contexto de análi-

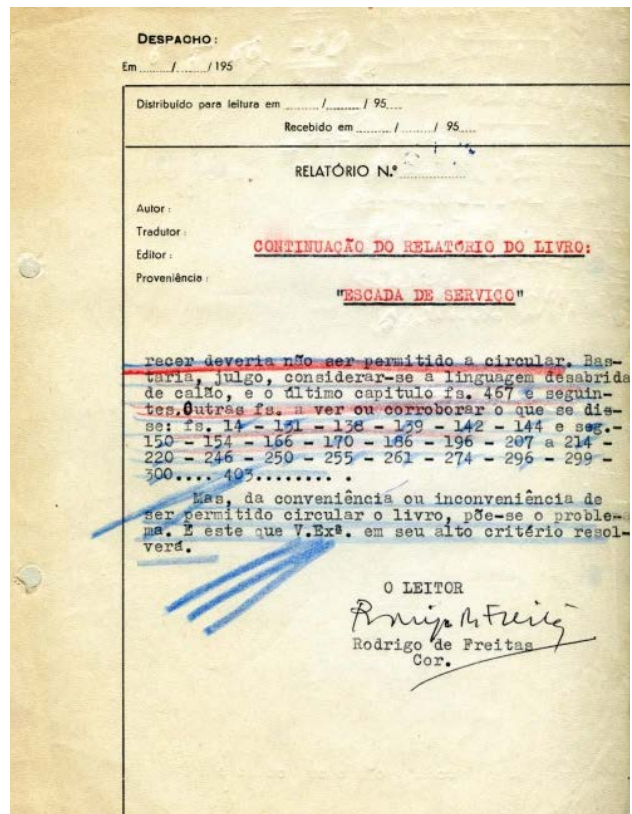
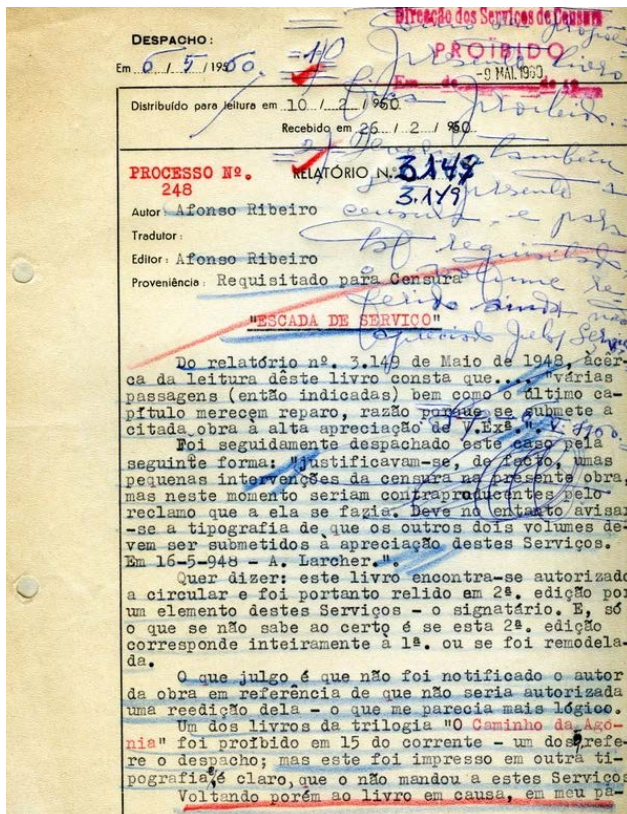
se de 5 contos, intitulado “Contos comuns”:

“Afonso Ribeiro nasceu em Vila da Rua, Moimenta da Beira, em 1911. Morreu em Cascais, em 1993. Professor primário, com muitas dificuldades materiais, afirma-se pelo seu talento e coragem. Contrário ao regime político e ideológico vigente, toda a vida sofreu as consequências da sua atitude e irreverência, tendo sido várias vezes preso, sujeito a buscas domiciliárias, alvo de apreensão das suas obras, proibido de exercer o magistério, constantemente perseguido pela PIDE. Emigrou para o Brasil, depois para África, tendo-lhe sido sempre a vida madrastra. Conjuntamente com Alves Redol, Sidónio Muralha, Ar-



mino Rodrigues, Mário Dionísio, João José Cochofel, Joaquim Namorado, José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira, Manuel da Fonseca, Fernando Namora, Fernando Monteiro de Castro Soromenho, Vergílio Ferreira... é um dos nomes destacados do Neo-Realismo português e seu grande precursor com o livro "Ilusão na Morte", de 1938, que é considerado uma das primeiras manifestações do Neo-Realismo em obras de ficção. Da sua bibliografia destacamos "Ilusão na

Morte" (1938), "Plano Inclinado" (1941), "Aldeia" (1943), "Trampolim" (1944), "Escada de Serviço" (1946), "Maria" (trilogia, 1946, 56, 59), "Povo" (1947), "Da Vida dos Homens" (1963), "O Pão da Vida" (2º romance da trilogia "Maria" - 1956), "O Caminho da Agonia" (3º romance da trilogia "Maria" - 1959), "Três Setas Apontadas ao Futuro" (teatro - 1959), "Os Comedores de Fomes" (1983), "África Colonial" (1983). "A Árvore e os Frutos" (1986)."



Acrescentemos ainda que em 1949, enquanto apoiante activo na campanha para a eleição presidencial do general Norton de Matos, foi preso pela polícia do Estado Novo, uma vez mais. Enquanto professor e como o magistério era tutelado pelo Ministério da Educação, viu-se proibido de exercer e teve que arranjar emprego numa empresa de publicidade, para sobreviver. Abriu uma livraria que encerraria pouco tempo depois, desempenhou funções como propagandista médico durante uma década, tornou-se editor comercial, jornalista... nunca menosprezando a sua maior competência, a de escritor. O que aliás fez até 1986, com a sua derradeira publicação, “A Árvore e os Frutos”.

É enquanto professor do ensino primário em zonas do interior, pobres e rurais, que tem o seu primeiro contacto marcante e determinante com as profundas assimetrias sociais que grassam no Portugal de então. A partir dessa nítida constatação, a macro intriga das suas obras está definida, denunciando sempre a problemática social da miséria e da exploração, da repressão e da opressão, numa linha condizente com o materialismo dialéctico.

“Falar do homem do campo, do trabalhador da terra e esquecer as suas angústias inconfessadas, seus músculos doridos, seu olhar triste - da tristeza horrível que nada aguarda, nada!

- parece-me feio embuste”, assim o entende o consagrado crítico Alexandre Pinheiro Torres acerca da obra “comprometida” de Afonso Ribeiro, que nunca deixou de trilhar esta via, a mais incómoda, convenhamos, mas também a única coerente com os seus princípios e com o seu ideário político. Sobre o escritor e aquando da publicação do romance ‘Tram-polim’ (1944), a revista ‘Ocidente’ apresentava a seguinte crítica, “Afonso Ribeiro possui o dom de ferir a nota justa, de surpreender o facto essencial, de o fixar e transmitir, com emoção, ao leitor.”

Referia o Diário de Notícias, “Um livro para ser lido e meditado e que coloca o autor entre os nossos melhores romancistas modernos.”.

Escrevia O Comércio do Porto, “Prosador fluente, vibrante, expressivo e colorista; sensibilidade apurada, penetrante e inteligente espírito de observação; forte poder de efabulador; arguto sentido psicológico – em Afonso Ribeiro, pois, reúnem-se as indispensáveis faculdades, como as apontadas, para o triunfo de um romancista...”

O crítico Ramos de Almeida constata, “Afonso Ribeiro, o autor de dois dos romances de maior fôlego da Literatura Portuguesa – ‘Escada de Serviço’ e ‘O Pão da Vida’, 1º e 2º volumes da trilogia ‘Maria’ – é, com Alves Redol, o mais ca-



racterístico dos nossos romancistas neo-realistas. Se há escritor moderno que com humildade tenha mergulhado na Humildade do Povo Português, esse escritor é Afonso Ribeiro. Só Ferreira de Castro o pode igualar nesse particular, que é um dos sintomas essenciais da sua honradez literária. Bastaria Afonso Ribeiro ter escrito 'Aldeia' para ficar na história da nossa Literatura.”

Pelo apontado e no entendimento de que um autor desta craveira faz parte do património cultural do seu território ademais o sendo do património cultural nacional, aqui se deixa aos estudantes universitários de Literatura Portuguesa um apelo: que considerem este autor, tão pouco estudado para o merecimento que tem, e lhe consagrem atenção, investigação e suas teses.

Se a autarquia de Moimenta da Beira já lhe consagrou um espaço próprio na sua terra natal, Vila da Rua, o que foi um primeiro passo significativo na revisitação do escritor, deixamos ainda uma sugestão: que instituem o Prémio Afonso Ribeiro, convidando estudiosos à sua apreciação e recensão crítica. Mais, que em parceria com editoras nacionais, patrocinem a reedição das suas obras e, através de colóquios literários sobre ele e a sua obra virem os holofotes, para maior visibilidade dos potenciais leitores.

Lembremos que a maior homenagem que se pode fazer a um escritor reside na leitura das suas obras. Enquanto estas não forem reeditadas, os leitores encontrarão algumas (escassas) através da Bertrand, por exemplo, e as outras, fruto de empenhada procura... por aí, em alfarrabistas diversos.



Paulo Neto
Diretor da revista literária “aquilino”

| SAÚDE E BEM ESTAR

Confinamento - PHDA



A pandemia por Covid-19 é, na história das pandemias, considerada como única, pela rápida expansão por todos os países do mundo. E imediatamente um fenômeno aconteceu: as famílias tiveram de se adaptar a uma nova realidade. Ou seja, os pais passaram a estar em teletrabalho e as crianças a terem aulas por vídeo-conferência. Desta forma, pais e filhos passaram a estar debaixo do mesmo teto, com trabalho e aulas, e ainda no mesmo horário. Inevitavelmente, as dificuldades inerentes a esta nova convivência

é enorme. No entanto, quando, estamos perante uma criança com um diagnóstico de perturbação de hiperatividade e défice de atenção (PHDA), esta diáde pode tornar-se o pior pesadelo para os pais. Porquê? Acontece sobretudo porque as crianças com PHDA têm dificuldades em agirem em conformidade com as regras parentais. Interrompem as conversas e têm tendência para se envolverem em conflitos com os irmãos. Apresentam níveis baixos de tolerância à frustração. Esquecem-se dos trabalhos, apresentam

um ritmo lento e são, geralmente, muito desorganizados.

“Estou em teletrabalho e o meu filho de 7 anos, não pára quieto. Não consegue ficar sentado a assistir as aulas. Distrai-se, com tudo. Quando o professor faz uma pergunta, não sabe esperar pela sua vez. Já não sei o que fazer...”

O que é a PHDA

A (PHDA) é a perturbação do desenvolvimento infantil mais comum na infância. A prevalência na população portuguesa é de 3 a 7%, com maior

incidência no sexo masculino.

A PHDA é uma perturbação do neurodesenvolvimento, caracterizada por desatenção, hiperatividade e impulsividade. Consoante a prevalência de cada um destes sintomas principais, podemos considerar três subtipos: predominantemente desatento, predominantemente hiperativo/impulsivo e, por último, misto, que combina desatenção e hiperatividade/impulsividade.

Uma criança com PHDA é incapaz de controlar a sua atenção, a sua impulsividade e a sua atividade motora. Não se trata de uma ausência de vontade, mas de uma ausência de controlo.

É óbvio que qualquer das três componentes, isoladamente ou em conjunto, aparecem num grande número de crianças em idade escolar, podendo, por isso, considerar-se como uma característica transitória do processo normal do crescimento infantil.

Para se poder fazer um diagnóstico de PHDA, é necessário que vários sintomas apareçam juntos ou associados, com certa regularidade e que isso perturbe significativamente o processo de desenvolvimento ou o nível de adaptação dessas crianças.

A dificuldade em manter a atenção em atividades que exijam um esforço cognitivo e continuado, distrair-se fre-

quentemente com estímulos alheios àquilo que está a fazer, desviar a atenção para outras tarefas diferentes da que está a realizar, são os sintomas mais referidos pelos pais.

Estima-se que cerca de 25% das crianças com PHDA venham a ter dificuldades de aprendizagem, daí a importância de um diagnóstico precoce.

O diagnóstico de PHDA é feito geralmente durante os primeiros anos que se seguem ao início da atividade escolar, sendo frequentemente notados os primeiros sinais e sintomas pelos pais e professores no contexto da sala de aula. Baseia-se essencialmente em critérios clínicos, uma vez que não existe um Meio Complementar de Diagnóstico e Terapêutica que faça o diagnóstico definitivo da PHDA. Este processo deve ser acompanhado por uma avaliação clínica e frequentemente neuropsicológica, com o intuito de objetivar e caracterizar o nível individual de funcionamento cognitivo.

A PHDA é uma perturbação com uma apresentação heterogénea e de etiologia multifactorial que, muitas vezes, não aparece isolada. Surge frequentemente em co-morbilidade (ou seja, em coexistência) com outras perturbações do neurodesenvolvimento (como por exemplo: perturbação desafiante de oposição, perturbação da

aprendizagem específica (e.g., dislexia e discalculia), perturbação do comportamento, perturbações de ansiedade, depressões, consumo abusivo de substâncias, entre outros).

O diagnóstico é uma tarefa exigente que deve ser feita por equipas multidisciplinares com experiências por alguém com experiência na área e aguçado “olho clínico”.

A PHDA tem grandes repercussões na vida familiar/social e escolar da criança, nomeadamente:

- Baixa Auto-estima;
- Dificuldade de Aprendizagem;
- Relações disfuncionais com os pares e adultos;
- Pais stressados e com maior prevalência de divórcio.

Qual o tratamento?

O tratamento, ou mais precisamente a intervenção, deve ser multidisciplinar e passar por três áreas fundamentais: Farmacológica – Em que a criança será medicada, dirigida aos sintomas nucleares da doença – a desatenção; Psicoterapêutica – Acompanhamento direto à criança, tendo por base a teoria cognitivo/comportamental; Psicossocial – Aconselhamento parental e elaboração de estratégias a serem usadas em contexto escolar e social.



Sílvia Faria de Bastos
Psicóloga/Neuropsicóloga

| COM LUPA: CÁ DENTRO

Freixo de Espada à Cinta



Localizado no extremo Sul do Nordeste Transmontano, acompanhando o Douro Internacional na sua entrada em Portugal, Freixo de Espada à Cinta surge-nos como uma vila que soube preservar a sua História, construída desde tempos milenares, como atestam elementos pré-históricos, onde se evidencia o “Cavalinho de Mazouco”, primeira figura rupestre ao ar livre a ser descoberta no território nacional. Ciente deste legado histórico, a população de Freixo de Espada à Cinta pugna por manter a auréola de Vila com História e Tradição.

O artesanato único da seda, em teares tradicionais, de onde saem elegantes trabalhos e cuja fama ultrapassa as fronteiras deste nobre concelho, constitui testemunhos vivos de

uma terra que honra o passado com olhos postos no futuro. A praia fluvial da Congida, bordada pelo Douro Internacional, vigiada por um território salpicado por laranjais, oliveais e amendoais, onde o céu azul do firmamento é dominado pelo voo da Cegonha Negra, Águia Real e Britangos é a excelência do lazer e ócio destas terras acantonadas à Província de Salamanca. É neste local, a menos de 5 minutos do centro urbano, que o visitante recolhe tudo o que de bom a natureza consagra.

O Parque ambiental da Congida, de requalificação recente, onde se destaca a piscina fluvial, ou a partida do cais que o encaminha para um passeio de barco pelas Arribas, são argumentos acolhedores...



O Poder dos Sentidos...

Integrado em toda a sua extensão territorial, no Parque do Douro Internacional, Freixo de Espada à Cinta dispõe de uma rede de miradouros e de outros locais de situação estratégica, de onde se pode apreciar todo o esplendor da natureza.

Do cume desses lugares, espalhados um pouco por todas as freguesias do concelho, são uma solicitação a um périplo por estas Terras de onde se pode mirar a natureza, e sentir a dimensão da garganta do Douro!

Uns, deslizam de forma abrupta até apanharem as margens do Rio que dá vida a este naco de terra, outros, mais distantes do curso do Douro Internacional, não deixam de impressionar pela espetacularidade da paisagem.

Gastronomia e Vinhos

Sendo a gastronomia e vinhos um condimento que marca de forma indelével a arte de bem receber, Freixo sabe explorar de forma conveniente esta regra. Zona de transição entre a Região Demarcada do Douro e Trás-os-Montes, Freixo soube rentabilizar essa fusão de paladares e tradições, que assume particular êxtase no evento Sopas & Merendas.

Quem visita Freixo, não olvidará as tradicionais tortas e sopas, estas últimas, elementos nucleares da cozinha nativa de há 40, 50 anos.

No período destinado à matança do porco (dezembro), torna-se obrigatório degustar os famosos enchidos, como é o caso do chouriço de ossos, enchidos doces, para além da inesquecível alheira. Tudo isto acompanhado...

Património

O património imaterial e a Arquitetura manuelina assumem particular dimensão em Freixo de Espada à Cinta.

Tida, com razões justificadas, como a Vila Mais Manuelina de Portugal, todo o centro histórico está ornamentado pela época áurea de D. Manuel I. De todos os vestígios, realce para a Igreja Matriz, localizada na Praça Jorge Álvares, epicentro de toda essa grandeza que perdura desde o séc. XVI.

As tradições continuam a marcar o ritmo das suas gentes. A procissão dos Sete Passos ou o Enterro do Entrudo, são experiências únicas.

Noutro registo, sugere-se a visita aos pólos museológicos: Museu Regional Casa Junqueiro, Casa do Poeta (onde nasceu Guerra Junqueiro) e o Museu da Seda.

Imperioso, a subida à Torre Heptagonal, modelo de arquitetura militar único em todo o país.

Aqui, o horizonte estende-se, tamanha é a dimensão do que se alcança.

Freixo de Espada à Cinta, está bem presente neste reino de emoções.

Museu da Seda e do Território

Freixo de Espada à Cinta é considerado o único território

da Península Ibérica, e um dos poucos da Europa, onde, ainda, se labora a seda de forma 100% artesanal.

O Museu da Seda e do território mantém viva essa tradição onde se preserva e trabalha a seda em todo o seu processo, desde a plantação das amoreiras até à conceção do produto final.

Estamos perante um paradigmático exemplo de dinamização e valorização do património cultural e de uma relevante atividade identitária deste território.

Um irresistível convite para desvendar esta experiência tão diferenciadora, que não deixará de experienciar na sua próxima visita ao Porto e Norte de Portugal!

Seda de Freixo mais On

Criada loja *on-line*

Município de Freixo de Espada à Cinta reforça estratégia de promoção da Seda, com a criação de loja *on-line* inserida no site www.yoursilk.pt, disponível em três idiomas: português, espanhol e inglês.

Suportado com informação direta e objetiva, onde predomina a fotografia, o utilizador navega intuitivamente pelas secções da página, o que lhe permite recolher e visualizar o essencial sobre a Seda.

Ao consultar a loja, o potencial comprador tem ao seu dis-





por uma completa informação técnica e fotográfica sobre as peças disponíveis, nomeadamente *écharpes*, carteiras, gravatas e porta-óculos.

Com esta nova ferramenta, permite-se mais facilidade e celeridade na aquisição dos adereços confeccionados pelas artesãs que laboram no Museu da Seda e do Território, onde se encontra, também, a loja física.

Até ao momento, a loja *on-line*, lançada a 11 de fevereiro, já obteve mais de 2 000 visualizações, sendo as principais visualizações de Portugal, EUA, França, China e Espanha.

A marca *Yoursilk* foi registada pelo Município em 2020, e insere-se no cuidado de promoção da Seda que terá, brevemente, novos complementos.

Presentemente a tradição da seda é assegurada por 10 artesãs.

Alojamento

Casinhas de São Francisco

Bem no coração do Centro Histórico de Freixo de Espada à Cinta, na Rua dos Palheiros, sugerimos as Casinhas de São Francisco. Duas habitações distintas, de tipologia T1 e T2, que serviram, em tempos, de pequeno armazém agrícola, e que a família proprietária restaurou a preceito

para transformar em Alojamento Local, com o conforto da madeira natural, paredes exteriores em pedra, com uma decoração leve e em tons de amêndoa, um dos mais icónicos produtos da região.

Aproveitando os elementos que fazem parte da história do local, a opção T1 acomoda 2 pessoas (cama de casal), e a escolha T2, inclui uma cama de casal e duas camas individuais.

Ambas as habitações estão totalmente equipadas, integrando uma cozinha moderna e funcional.

Opção romântica, ideal para um período de descanso, passeios, experiências gastronómicas em casa ou nos restaurantes locais.

De todas as atrações, Freixo de Espada à Cinta destaca-se por ser considerada a Vila Mais Manuelina de Portugal, dada a profusão de elementos arquitetónicos do estilo de arte associado ao reinado de D. Manuel I.

Por outro lado, é aqui, o único lugar de toda a Península Ibérica, e um dos poucos da Europa, onde ainda se trabalha a seda num processo 100% artesanal.

Aqui, o horizonte estende-se, tamanha é a dimensão do que se alcança.

Freixo de Espada à Cinta, está bem presente neste reino de emoções.

Venha, Descubra, Apaixone-se!

Um agradecimento à Dr.ª Cristina Mendes, do Departamento Operacional da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, pela colaboração e informação facultada

| COM LUPA: LÁ FORA

Bali



Indonésia uma nação do sudeste asiático, cujo território se demarca pelas suas 17.000 ilhas. Uma nação que contrasta cenários idílicos de praias, florestas tropicais, montanhas com os seus imponentes vulcões. A Indonésia caracteriza-se pela sua privilegiada localização, nomeadamente com fronteiras terrestres com Malásia, Timor, Papua-Nova-Guiné e proximidade marítima com Austrália, Filipinas, Singapura e Palau. A sua importância no sudeste asiático está relacionada com facto de ser uma nação transcontinental fazendo a ponte entre Ásia e Oceânia. Estima-se que a Indonésia contemple uma população de 267 milhões de habitantes, entre os quais 10 milhões habitam a capital Jakarta. Enganem-se aqueles que têm a ideia de que estamos perante uma economia subdesenvolvida, atualmente estamos perante um

membro do G20 sendo a 18ª maior economia mundial.

Ao longo do tempo a história da Indonésia tem sido influenciada por poderes estrangeiros atraídos pelos vastos recursos naturais. Os relatos históricos apontam para a chegada dos portugueses no princípio do século XVI, tendo estes aportado nas ilhas Molucas com vista a manterem o controlo do comércio de especiarias. Em meados do século XVII os Holandeses, através de uma expedição liderada por *Cornelis Houtman*, estabeleceram a companhia Holandesa das Índias Orientais, todavia esta colonização abrangeu apenas zonas costeiras, nunca conseguindo ocupar atuais territórios de Timor, colónia Portuguesa. A ocupação Holandesa da Indonésia durou até ao século XX. Durante a Segunda Guerra Mundial o território Indonésio foi perdido para controlo Japonês, todavia



findada a guerra foi declarada a independência do território que no imediato não foi reconhecida pelos Holandeses e países aliados. Durante quatro anos, após esta intenção de independência, violentos confrontos foram envolver militares Holandeses e locais, sendo que após um conjunto de pressões internacionais a Holanda foi de certa forma obrigada a ceder e reconhecer a independência da sua ex-colônia.

Deste enquadramento histórico resulta uma ligação aos Países Baixos sendo uma particularidade que numa situação pré-pandemia a ligação umbilical ligava Amesterdão – Jakarta/Bali com um voo direto diário.

Bali a ilha encantadora que consegue mesclar o Profano e o Sagrado. Uma ilha de certa forma díspar de todas as outras, sendo que muito do seu encanto advém da religião. Maioritariamente a população indonésia é muçulmana, todavia a ilha de Bali contraria o espectro nacional, sendo que 84% da população é hindu, o denominado Hindu Balinês. Este facto por si só transforma a ilha em si num contraste nacional, nomeadamente Mesquita/Orações “Típico de país Islâmico” para Templos Hindus onde se veneram os deuses. Tipicamente a

chegada Bali é feita através do seu Aeroporto nas imediações da cidade de Kuta “*Bali-Dempasar*”. A estadia em Kuta é curta devido essencialmente ao seu propósito, à chegada a fama de estarmos perante a “*Ibiza asiática*” confirma-se. A rua ilumina-se de néon e festas e *djs* de todo mundo atuam em festas semiprivadas ao ar livre. As praias em Kuta são de areia vulcânica e a sua beleza é inquestionável, todavia o encanto maior desta cidade é a sua vida noturna o verdadeiro encanto profano. A estadia é curta pois a confusão é imensa longe dos encantos naturais que a ilha tem para oferecer.

Rumo a norte uma viagem de 2-3h até à cidade Ubud capital dos denominados campos de arroz. A paisagem é completamente diferente, estamos perante um planalto nas imediações de escarpas vulcânicas trabalhadas em socacos com recurso a animais no qual se planta arroz. Destacamos as condições difíceis e inóspitas contrapostas com a riqueza dos solos, ao longo dos anos os locais desenvolveram sistemas de rega sofisticados sem recurso a maquinaria usando apenas a gravidade. Nesta cidade é possível não só um refúgio da azáfama vivenciada em Kuta assim como um encontro com um

mundo espiritual baseado numa comunidade Hindu Balinesa que subsiste num mundo agrícola ancestral. De visita a Ubud recomendamos uma viagem aos seguintes locais:

Pura Tirta Empul – Templo das Águas Sagradas

O templo da água das águas sagradas construído em homenagem ao deus Vishnu. Como o nome indica o seu foco principal é a água proveniente de uma fonte do rio Sungai Pakerisa. O templo Pura Tirta Empul é procurado mundialmente por pessoas que acreditam na purificação da alma. No complexo enorme poderemos admirar as magníficas esculturas e decorações florais, todavia nele destaca-se um tanque central, sendo possível observar as diversas fontes que brotam água e os crentes que alinhados aguardam a sua vez por forma a purificar todos os males. Nos tanques secundários é possível contemplar as admiráveis Carpas Koi que atribuem um encanto místico ao local.

Monkey Flores – Floresta dos Macacos

Nas imediações da cidade e num local facilmente acessível encontramos um templo religiosamente vigiado por macacos. A visita ao templo destaca-se pela presença destes primatas que são educados e cuidados pelos respetivos guardas do parque, todavia recomendo que não levem comida para o

recinto, nem mesmo nas mochilas. Digamos que são capazes de despoletar uma autêntica zaragata de babuínos. É um local aprazível e ótimo para tirar aquelas fotos engraçadas respeitando o equilíbrio com a natureza.

Pura Ulun Danu Bratan – Templo do Lago da Montanha

Situado em pleno lago Danu Bratan a 1 hora de Ubud, este templo enquadra-se num espantoso lago de uma antiga cratera vulcânica. Construído em 1633 este templo visa agradecer aos deuses da água, nomeadamente ao facto da importância preconizada por este lago na irrigação dos campos de arroz pela encosta abaixo. Devido à sua distância da metrópole é normal encontrar este templo com poucos visitantes, todavia a sua beleza é estonteante pelo que recomendo vivamente a visita.

Tegallalang Rice Terrace – Terraços dos Arrozais

Nas imediações de Ubud no vale de Tegallalang é possível contemplar os arrozais e partir à descoberta sob a forma de uma caminhada curta. A viagem e o enquadramento são encantadores. Ao longo do vale existem vários estabelecimentos comerciais, locais onde se pode beber algo e observar/imaginar a dureza que representa o cultivo de arroz neste local.





Tanah Lot – Templo do Rochedo ou Amanhecer

Este templo caracteriza-se pela sua construção inusitada num rochedo em pleno mar no qual brota uma fonte de água doce. Sendo uma das imagens de marca da Indonésia, a visita a este local é obrigatório e tanto o pôr como o nascer do sol são reveladores de uma beleza ímpar. O acesso ao templo está condicionado pelas marés, e como seria previsível, nele adora-se o Deus dos Mares Dewa Baruna. O atual estado de conservação é mau e causador de alguma apreensão.

Deixando Ubud e os seus divinais templos, rumamos ao sul da ilha, onde podemos contemplar formosas praias de areal branco. A “Vibe” a Sul difere do Norte, falamos de areais e ondas repletas de surfistas de todo mundo. O ritmo é outro, longe da meditação e do silêncio associado, as praias revelam um ritmo diferente.

Bingin Beach

Na zona de Bingin é possível descansar e aproveitar as praias virgens esculpidas sobre falésias e almoçar nos restaurantes típicos à beira-mar feitos de madeira. A oferta de restauração não é muita, mas acreditem a comida é de um sabor extraordinário. É possível comer um peixe assado em folha de banana acabado de pescar. O pôr do sol cai e faz todo o sentido que seja passado na praia ao sabor de uma “Bitang Cerveja”, que entretanto se transforma e de repente estamos imergidos

numa festa ao ar livre em plena praia. Não tem luzes de uma discoteca europeia normal, mas o calor e o som do mar ao fundo transformam a situação em algo inusitado. Recomendamos dar um mergulho sobre o recife, já que a biodiversidade é incrível, com um fundo oceânico repleto de espécies.

Uluwatu

A meca do *surf*, conhecida mundialmente pelas condições únicas para a prática do *surf*, configurando em tempos inclusive uma etapa do circuito mundial. Esta é para verdadeiros campeões devido ao seu tamanho e desenvolvimento em recife. Nas imediações existe um templo denominado de Pura Luhur Uluwatu dedidado a Sang Hyang, o deus supremo do hinduísmo balinês, na sua manifestação como deus das tempestades e ventos. Este situa-se no alto da encosta com vista deslumbrante para o mar, rodeado de floresta e dos típicos guardiões primatas.

Na visita a Bali, fica na memória das pessoas o constante contraste que está presente a cada passo. O povo Balinês tem o seu próprio tempo, é hospitaleiro, correto e muito afável. Apesar da atividade predominante ainda ser a agricultura de subsistência, o turismo está cada vez mais presente na vida das pessoas.

Visitar Bali é um verdadeiro desafio, estará à altura do mesmo?



| SABORES LUSOS EM ESTADO LÍQUIDO

O sermão aos peixes, numa época de viveiros

Com um pouco de História em mente, ninguém duvida hoje que estamos perante um novo ciclo económico, um novo paradigma. Para o iniciarmos, foram séculos de História que foram erguendo condições de vida cada vez melhores e que permitiram o desenvolvimento da ciência de uma forma nunca antes vista. Mas foi um vírus que premiou o gatilho, enviando um “tiro ao ar” que marcou o início da partida. O Sermão de Santo António aos Peixes, do Padre António Vieira sj, tem essa representação histórica. Foi o sinal de um movimento que visava

a proteção dos indígenas brasileiros e o fim da escravatura. E conseguiu os seus intentos, para tristeza dos colonos, que dependiam de mão-de-obra barata. A revolução industrial, que marcou o ciclo que vivemos até hoje e se iniciou em meados do séc. XIX, foi outro momento histórico. O fim da manufatura permitiu a produção em série; a produção em série permitiu o acesso a mais e melhores bens materiais; a produção explodiu; o consumo também. E as economias dos vários países seguiram o seu ciclo de crescimento.

Hoje vivemos um momento histórico em tudo semelhante. Há cerca de 60 anos, um conjunto de profissionais de várias áreas juntou-se para pensar o futuro da cozinha. Sociólogos, gestores, arquitetos juntaram-se para pensar como seria a cozinha nas décadas seguintes. E imaginaram algo parecido com o que estamos a construir hoje – um espaço de produção rápida, que retira carga de trabalho a quem precisa de tempo para se ocupar com outras coisas. A imaginação não foi exata: o espaço estava carregado de roldanas e motores; e tinha, até,

um frigorífico com chave que, movimentada uma roldana, se virava para o exterior das casas, de forma a que o merceeiro da rua pudesse colocar as compras diárias no frigorífico enquanto as mulheres (sempre as mulheres!) estavam no seu trabalho. Desta forma, as mulheres teriam menos uma preocupação – fazer as compras diárias, antes de preparar o jantar. É óbvio para nós, hoje, que a sociedade não evoluiu exatamente assim. Mas as compras chegam a casa, via *online*. E há frigoríficos que avaliam o estoque de produtos e encomendam diretamente aos grupos de distribuição, sem exigir o controlo humano diário dos gastos. Hoje, à industrialização juntou-se o papel da comunicação. Tão simples como isso. *John Locke* sentir-se-ia orgulhoso – foi o conhecimento baseado na experiência que exigiu a evolução a que assistimos hoje; o empirismo deu um empurrão à ciência. *Platão* ou *Descartes* também teriam motivos de orgulho: o racionalismo permitiu que a ciência evoluísse, para responder às necessidades provocadas pela experiência. Eu, que gosto de sínteses, acredito que o racionalismo e o empirismo, juntos, nos trouxeram até aos dias de hoje, que nos apresentam uma realidade nunca antes vista.

Para mim é claro que a evolução não se faz sem perdas. Muitos dos que estão e estiveram habituados a um estilo de vida e, sobretudo, muitos dos que só sabem produzir trabalho que deixa de ser necessário, vão sofrer com o novo ciclo económico a que demos início. Mas outros vão adaptar-se. Vamos ter um novo perfil de novos ricos. Em todas as aceções da expressão. Como será o vinho, neste novo modelo económico?

Tudo aponta para que também o sector do vinho vá sofrer alterações significativas.

Do ponto de vista agrícola, novas práticas vão necessariamente influenciar o perfil das produções. Na Holanda, a produção intensiva deu uma resposta extraordinária às necessidades de consumo. Mas a perda de sabor dos alimentos foi uma evidência. Os preços baixos dos vinhos têm vindo a empurrar produtores para um incremento do volume de produção por hectare. Mas a falta de concentração das uvas obriga a mais intervenções enológicas, com as leveduras produzidas em laboratório a fazer o seu papel de “adaptação ao gosto do consumidor”. Muito provavelmente, vamos ter cada vez mais vinhos para consumo em série. E os vinhos que vão manter o perfil “antigo” vão ser praticamente inacessíveis ao comum dos mortais. Na distribuição vamos assistir a um fenómeno não muito diferente. As marcas mais conhecidas vão investir primeiro na disseminação e na produção barata, para que mais pessoas possam continuar a beber. As encomendas automáticas vão privilegiar as marcas mais disseminadas. Mas o prazer de beber um vinho único, que respeite a Natureza e os métodos naturais, vai continuar a exigir canais próprios e conhecimento de especialistas. Uma coisa é certa – vai ser cada vez mais caro e difícil encontrar produtos com um sabor único, sem intervenções massivas. O que revela uma oportunidade de investimento muito interessante: hoje, há vinhos que prometem evoluir (e encarecer bastante) nos próximos – pelo menos – 50 anos.



Pedro Guerreiro
Gestor



| SABORES LUSOS EM ESTADO SÓLIDO

De cozinheiro a Chef

É com imenso gosto que partilho conselhos, experiências e receitas, sobretudo, com os mais novos, a quem seja curioso pela cozinha, ou ainda, quem esteja a dar os primeiros passos nesta área profissional e pretenda agarrar o desafio desta carreira profissional aliciante, mas ao mes-

mo tempo muito exigente.

É uma profissão e uma arte cujo escrutínio é permanente, não pelos próprios chefs que cozinham, mas por quem come e degusta aquilo que nós chefs confeccionamos, fazendo-o com os 5 sentidos. No entanto, terá de existir

sempre, naturalmente, o garante do nosso rigor, profissionalismo, empenho, paixão e alegria naquilo que produzimos. Costumo dizer que quem não gosta da cozinha, não pode e não deve ser cozinheiro... jamais!

É preciso ter paciência e muita resiliência, pois, na cozinha não é tudo cor-de-rosa, não é apenas o produto final que aparece bonitinho na mesa do cliente e no ecrã das televisões. É extremamente importante, ter boa atitude, espírito de equipa e entreaajuda no espaço de confeção e até na articulação com o serviço de mesa. É igualmente fundamental, respeitar os colegas e a hierarquia na cozinha, procurando a harmonia da relação entre os chefs e os produtos a confeccionar que devem ser sempre de excelente qualidade, sobretudo, quando estamos perante a alta cozinha.

A cozinha, implica um trabalho abundante, uma dedicação enorme, um empenho intenso, a capacidade e humildade para saber ouvir e sobretudo, fazer tudo isto com paixão. E quando me refiro à humildade para saber ouvir e aprender, significa que é por demais importante aprender e trabalhar com os melhores chefs, procurando tirar o melhor partido das experiências e aprendizagens. Sempre que surja a oportunidade, devemos procurar ser criativos, mas ao mesmo tempo, metódicos e organizados.

Um outro aspeto que considero fundamental e que nos novos tempos assume ainda uma importância maior, é o garante da higiene e da limpeza, seja no manuseamento dos produtos, no manuseamento dos utensílios, no espaço da cozinha de uma maneira geral, ou ainda na nossa própria limpeza enquanto pessoa/chef. Transmitir esta con-

fiança aos clientes é deveras fundamental e um primeiro grande passo para o sucesso.

Acredito também, que a atitude e personalidade de cada um, é muito importante e poderá fazer a diferença, porque, se não sabemos cozinhar e não dominamos as técnicas, isso poderemos aprender nas cozinhas e com os chefes, mas, a atitude, essa vem de ti próprio, é interior e intrínseca, pois, essa é que poderá fazer a diferença para o sucesso. A paixão pela cozinha, o desejo, os sonhos, estes não se aprendem, estão dentro de nós, vêm connosco e somos nós que os transportamos e que os vamos aprimorando.

A cozinha não é um produto acabado, com receitas, técnicas e práticas estanques, pelo contrário, a experiência, o conhecimento, as aprendizagens e a paixão, podem sempre levar-nos a novas descobertas que resultem, na apresentação, no sabor, na textura, na forma. No fundo a cozinha é um laboratório de novas descobertas, de novos saberes e sabores que vão deliciar o cliente.

Neste percurso que um chefe tem de trilhar, para alcançar o sucesso, não é fácil, pois, implica muito sacrifício pessoal, muita aprendizagem e conhecimento, mas também, muito de nós próprios, aquilo que os livros orientam mas não ensinam, a nossa força interior e a vontade de chegar ao sucesso e reconhecimento, cuja nossa primeira “estrela Michelin”, será sempre o reconhecimento dos nossos clientes que diariamente provam e aprovam as nossas comidas.

Acreditem em vocês, e acreditem também, só será Chef, quem for primeiro um bom cozinheiro!



Tiago Sabarigo

Chef Essência Restaurant/ Budapest



PROMOVINVEST

Promover o investimento
cá dentro e lá fora

promovinvest.com

| FALAR PORTUGUÊS

«Já agora» é erro de português?

Não, não é. É uma expressão portuguesa daquelas boas e saborosas (digo eu). E mesmo que não fosse saborosa, continuava a ser uma expressão portuguesa que não merece ser riscada dos nossos textos só porque há quem não compreenda o seu sentido.

Vem este desabafo a propósito de ter encontrado numa página qualquer (recuso-me a fazer ligação) mais uma daquelas cansativas listas de erros comuns, esta com uns 30 ou mais «erros». Alguns eram erros ortográficos (nada a dizer, embora para evitar os ditos o corrector ortográfico seja mais útil do que listas avulsas); outros eram variações de pronúncia que se afastam da norma (é sempre bom saber); mas muitos deles eram, pura e simplesmente, expressões que só são erro na cabeça de quem quer mesmo muito encontrar erros onde eles não existem.

Lá pelo meio, vinha o nosso «já agora». A justificação para declarar a expressão um terrível pecado linguístico? «Já» e «agora» querem dizer a mesma coisa — e, logo, a expressão é redundante.

Pois bem: «já» e «agora» querem, de facto, dizer a mesma coisa. Quer isto dizer que «já agora» é uma redundância? Não, mas antes de avançar, convém recordar este facto da língua: a redundância faz parte da gramática! Todas as línguas têm redundâncias espalhadas pelo corpo. Basta pensar que, na expressão «todas as línguas», temos o feminino marcado três (!) vezes. A lógica estrita do «abaixo a redundância», aplicada sem freio, levar-nos-ia a estropiar o português. Uma língua sem redundâncias seria não só muito pouco humana (nós somos seres muito redundantes, temos muita coisa em duplicado), como útil apenas para

falantes com audição perfeita, sossego absoluto e tempo de sobra para andar a repetir frases (ou melhor, nem isso seria possível pois uma frase repetida seria... redundante).

Bem, dito isto, convém apontar para algo que me parece claro: a expressão «já agora» não é redundante. Não sei como o compilador da tal lista não reparou, mas a expressão não quer dizer nem «já» nem «agora». Quer dizer algo como «ora bem, como estamos aqui os dois, podemos aproveitar para...». As subtilezas serão outras dependendo dos falantes e do contexto; agora, o que ninguém faz é usar «já agora» como sinónimo de «já» e «agora». Seria algo como «Vamos lá agora ou amanhã?» Resposta: «Já agora!» Não é assim que usamos a expressão...

«Já agora» é uma expressão fixa, criada da maneira como todas as expressões deste tipo são criadas (um pouco ao acaso da sorte), uma daquelas expressões que abundam em todas as línguas, incluindo a nossa bela língua portuguesa, e que só ganham o sentido que lhes damos quando as palavras aparecem assim, em conjunto — sentido esse que é diferente da soma das partes. Por outras palavras, «já agora» é uma expressão idiomática e não há expressão idiomática que sobreviva às análises literalistas que estão na base de tantas destas listas de erros. O que estas listas fazem, muitas vezes, é tentar corrigir a língua, transformando-a noutra coisa qualquer, talvez mais simples, mas certamente mais pobre.

Enfim, quando o leitor sentir a tentação de fazer uma lista de erros, fica a ideia: tenha o cuidado de não incluir expressões idiomáticas. Sim, eu sei que a lista fica muito mais difícil de compor, mas é a vida...

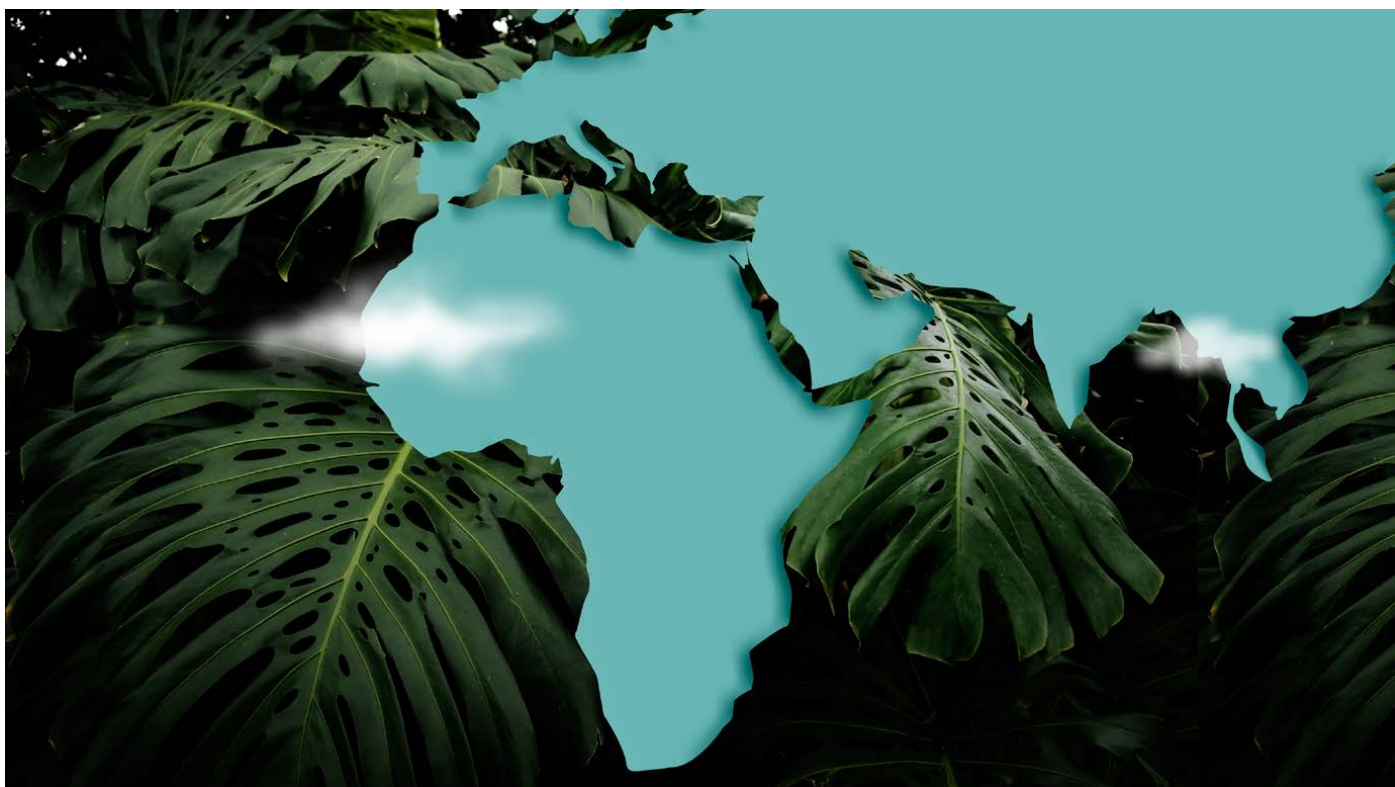


Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

| **LEGAL**

O investimento em fundos sustentáveis

info@abreuadvogados.com
<https://abreuadvogados.com>



Nos últimos anos muito se tem ouvido falar no “investimento em fundos sustentáveis”. Mas, afinal, em que é que se concretizam tais “fundos sustentáveis”?

Os fundos de investimento sustentáveis são compostos por carteiras com características direcionadas para investimentos sustentáveis. Isto significa que, no processo de construção dessa carteira, os fundos têm não só em conta os critérios financeiros dos investimentos que realizam (risco e retorno), mas também critérios não financeiros,

procurando conjugar o retorno financeiro com o bem social. Estes critérios não financeiros incorporam os fatores ambientais, sociais e de governo societário (*Environment, Social and Governance* – “ESG”).

Em setembro de 2015 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nesta senda, a União Europeia confirmou o empenho da União e dos respetivos Estados-Membros em aplicar a Agenda 2030 de modo integral, coerente, abrangente, in-

tegrado e eficaz e tem, desde então, envidado todos os esforços necessários, através de diversas diretivas e regulamentos, mais recentemente obrigando os intervenientes no mercado financeiro e os consultores financeiros a divulgar informações específicas sobre as suas abordagens em relação à integração dos riscos em matérias de sustentabilidade e à tomada em consideração dos impactos negativos para a sustentabilidade, permitindo aos investidores tomar decisões informadas. O objetivo é impulsionar a economia para um caminho sustentável a partir das suas fontes de financiamento.

Portugal, enquanto membro da União Europeia, não só tem vindo a adotar estas medidas, como tem assistido a um crescente aumento no interesse, por parte dos investidores, pelos denominados fundos ESG.

Em dezembro de 2019 estavam registados em Portugal cinco fundos ESG que, em conjunto, administravam cerca de 272 milhões de euros, subscritos por cerca de dezoito mil participantes, sendo a maioria deles pessoas singulares. No entanto, e apesar deste aumento nos últimos anos, o número de investidores em fundos ESG representa, ainda assim, apenas 1,9% dos mais de 950 mil participantes em fundos.

Mas, segundo dados da CMVM, em 2019, estes fundos ESG registaram, para o mesmo grau de risco, rentabilidades comparáveis às de fundos que não possuíam estratégia de investimento sustentável.

Além disso, no final de 2020 foi lançado em Portugal um fundo para projetos inovadores ligados à sustentabilidade (*Sustainable Innovation Fund – SIF*), que tem em conta a

integração dos fatores ESG na análise não financeira das oportunidades de investimento das empresas. O principal objetivo do é apoiar iniciativas e empresas portuguesas disruptivas, com operações distintas, mas com o mesmo compromisso: a sustentabilidade.

Atualmente existem quatro formas de investimento sustentável: (i) estratégia de *negative/exclusionary screening*, na qual os investidores procuram afastar-se de carteiras envolvidas, direta ou indiretamente, em setores considerados controversos, como o tabaco, armamento, energia nuclear ou o jogo, (ii) abordagem de impacto, nos termos da qual os investidores procuram investir em áreas que contribuem para a concretização de um objetivo, como por exemplo, investimento em energias renováveis ou na agricultura sustentável, procurando desta forma lutar contra o aquecimento global; (iii) abordagem ativa, na medida em que os investidores tentam influenciar as administrações das empresas nas quais o fundo investe, através do direito de voto em assembleias gerais; (iv) e, por último, abordagem positiva dos investidores, na qual os investidores concentram os seus investimentos em empresas incluídas num portefólio sustentável e que cumprem os critérios ESG. Esta última deverá crescer nos próximos anos, uma vez que a regulação ESG é cada vez maior.

Portugal tem acompanhado, assim, embora a seu ritmo, a tendência global relativa ao interesse em investimento em fundos ESG e esta tendência não mostra sinais de desaceleração, pelo que, nos próximos anos, assistiremos a um crescimento destes investimentos.



Diogo Pereira Duarte
Abreu Advogados



Assunção Vassalo
Abreu Advogados

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.



Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

DIREITO FISCAL

Golden Visa

O regime da autorização de residência para investidores estrangeiros

contact@rfflawyers.com
<http://rffassociados.pt>

O regime de “Golden Visa” (GV) foi criado em Portugal em 2012, concedendo autorizações de residência a cidadãos de países terceiros que realizem atividades de investimento em Portugal. O regime atraiu mais de 5 mil milhões de Euros em investimento e, ao mesmo tempo, concedeu mais de 9.000 autorizações de residência para investimento e concedeu, também, mais de 16.000 autorizações de residência por via do reagrupamento familiar nos últimos anos.

De acordo com este regime, os cidadãos oriundos de países terceiros devem realizar e manter pelo menos uma das atividades de investimento elegíveis previstas para que lhes possa ser concedida uma autorização de residência em Portugal. Os beneficiários do GV têm direito a residir e trabalhar em Portugal, beneficiando, ainda, de isenção de visto para viajar no Espaço Schengen. Podem ainda requerer o reagrupamento familiar, a residência



permanente e, eventualmente, a nacionalidade portuguesa, por naturalização, desde que cumpridos todos os demais requisitos previstos na Lei da Nacionalidade. No final de 2020 foram anunciadas alterações ao regime dos. Estas alterações consistem, essencialmente, na limitação do investimento imobiliário nas regiões metropolitanas de Lisboa, Porto e no litoral.

No entanto, o investimento imobiliário continuará a ser elegível se realizado em regiões do interior, ou nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

É importante notar que estas alterações não entram imediatamente em vigor. As alterações foram aprovadas em dezembro de 2020, mas só entram em vigor no dia 1 de julho de 2021. Até esta data, será possível solicitar a autorização de residência para investimento através de um investimento imobiliário em Lisboa e Porto ou no litoral do país.

Para além das alterações mencionadas, foi também estabelecido um período de transição até 2022. A intenção parece ser a de aplicar de forma gradual as alterações, seja através de um aumento progressivo dos montantes necessários para realizar o investimento ou através de uma redução gradual das áreas onde os investimentos podem ser feitos.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

FISCAL

Solidariedade

Hoje, dia 1 abril e até 30 de junho, todos os contribuintes, pessoas singulares, podem começar a submeter as suas declarações de IRS, independentemente do tipo de rendimento obtido. A Autoridade Tributária, AT, disponibiliza a cada vez mais contribuintes o preenchimento automático da declaração de IRS.

Todos os contribuintes, têm a possibilidade de quando submetem a sua declaração de IRS, manifestarem a sua solidariedade. Muitos dos contribuintes, ao longo do ano já realizam atos solidários, ao dedicarem parte do seu tempo a causas sociais ou quando lhes doam bens monetários e/ou materiais. Se ainda não sabe que instituição ajudar e como, e se ainda não conhece a AILD - Associação Internacional dos Lusodescendentes, convidado-o desde já a conhecer a sua página de Internet <https://aild.pt/>. A Associação precisa de todas as contribuições sejam elas voluntariado, meios monetários e/ou materiais.

No site da AT é publicada uma lista de entidades que viram o seu processo deferido, para que possam ser escolhidas pelos contribuintes para lhes



ser entregue 0.5% do imposto que o contribuinte pagará ao Estado e, portanto, não pagará nenhum imposto adicional por manifestar essa escolha. Nessa lista o contribuinte encontrará o NIPC da instituição, o seu nome e o concelho onde têm a sua sede social. Assim, o contribuinte ao indicar na sua declaração uma entidade para receber parte do seu imposto de IRS, não pagará mais imposto por essa escolha, e a AT canalizará parte desse imposto para essa instituição.

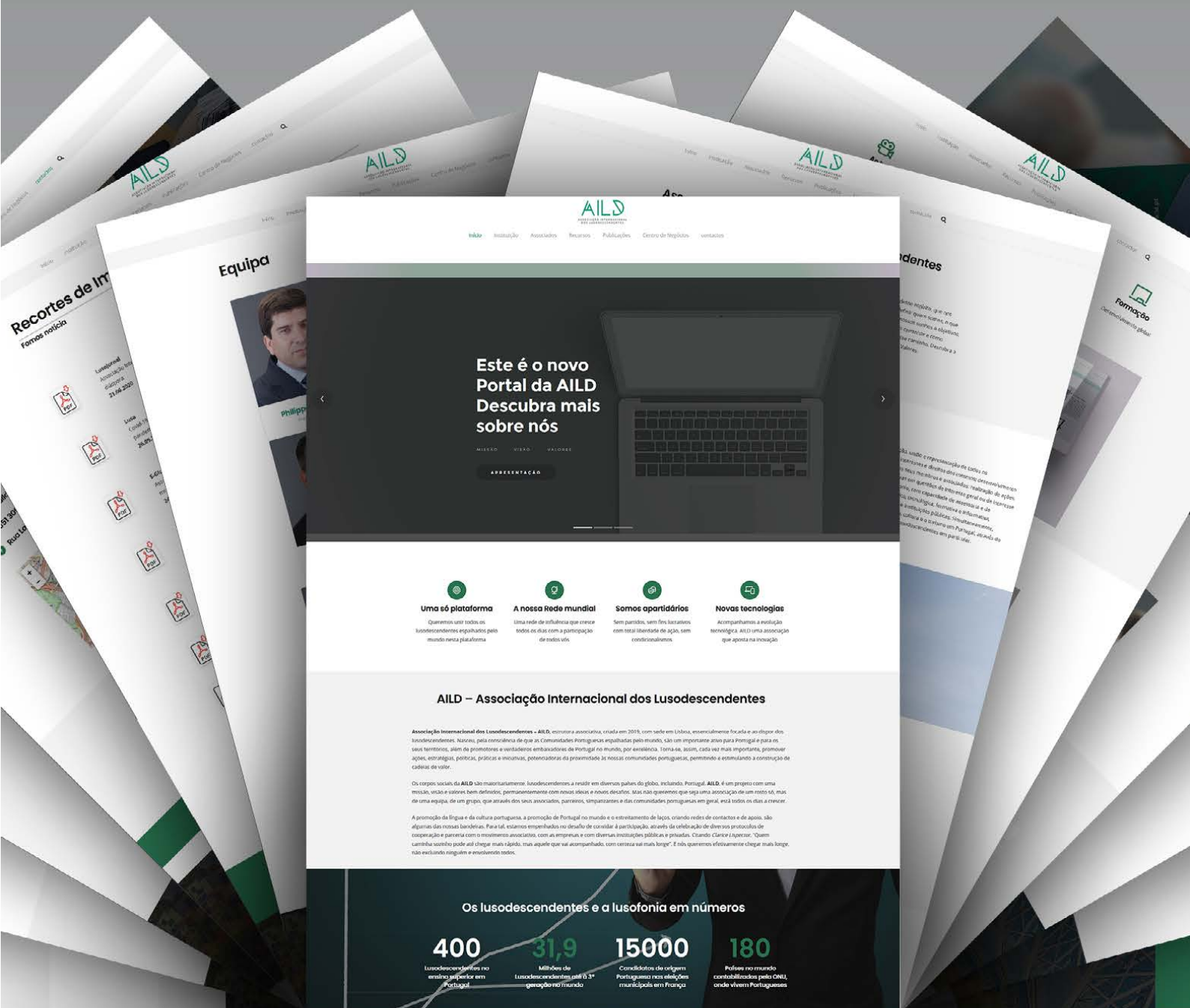
Infelizmente a AILD ainda não reúne as condições para estar nesta lista, por isso não perca tempo em procu-

rá-la e escolha sim outra instituição. Ao longo do ano, os contribuintes que pedem faturas com o seu número fiscal quando realizam despesas, acumulam 15% do IVA pago nas faturas relacionadas com oficinas de automóveis, restauração, alojamentos, veterinário, institutos de beleza ou cabeleireiros, e 100% do IVA pago nas faturas dos passes sociais. Quando é feita a entrega da declaração de IRS, os contribuintes serão reembolsados desse montante acumulado, exceto se o contribuinte oferecer esse montante a uma das instituições já referidas. Portanto no caso da escolha da instituição e havendo imposto de IRS, a manifestação de vontade faz com que o Estado ofereça um donativo a essa instituição. No caso do montante acumulado do IVA é o próprio contribuinte que oferece um donativo à instituição escolhida.

Vamos todos a tempo de ajudar uma instituição de solidariedade social, caso tenha dificuldades em escolher uma instituição não hesite em contactar um contabilista certificado que lhe saberá indicar o portal da OCC que destaca várias dessas instituições.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



A plataforma que une
 todos os lusodescendentes
 AILD.PT

Ei![®]
Assessoria
Migratória

WWW.EIMIGRANTE.PT

VIVA OS SEUS SONHOS VIVA EM PORTUGAL

+351 217 960 436

GERAL@EIMIGRANTE.PT

@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO